

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO  
DO PROGRAMA PILOTO

**REDE SOCIAL**

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	4
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. ENQUADRAMENTO .....</b>	<b>14</b>
<b>3. IMPLEMENTAÇÃO DA REDE SOCIAL NOS CONCELHOS PILOTO .....</b>	<b>16</b>
<b>3.1 O lançamento da Rede Social (1ª Fase) .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1.1 Constituição das Estruturas de Parceria: Conselhos Locais de         Acção Social e Comissões Sociais de Freguesia .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1.2 Modelo de Organização e Funcionamento das Estruturas         Locais da Rede Social .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1.3 Modelo de Articulação das Estruturas de Parceria Locais .....</b>	<b>23</b>
Síntese conclusiva e principais lições da implementação da Rede Social .....	24
<b>3.2 Concretização do Planeamento Estratégico (Fase de execução) .....</b>	<b>27</b>
<b>3.2.1 Planos de Trabalho .....</b>	<b>27</b>
<b>3.2.2 Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social .....</b>	<b>28</b>
<b>3.2.3 Sistema de Informação .....</b>	<b>30</b>
Síntese conclusiva e principais lições da concretização do Planeamento Estratégico .....	32
<b>4. DINAMIZAÇÃO DO PROGRAMA PILOTO DA REDE SOCIAL .....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 Apoio aos Projectos Piloto da Rede Social .....</b>	<b>34</b>
<b>4.1.1 Actividades Preparatórias da implementação da Rede Social .....</b>	<b>35</b>
<b>4.1.2 Apoio técnico aos Conselhos Locais de Acção Social e         Comissões Sociais de Freguesia .....</b>	<b>37</b>
<b>4.1.3 Acções de formação e qualificação .....</b>	<b>38</b>
<b>4.1.4 Organização do 1º Encontro Nacional da Rede Social .....</b>	<b>41</b>
<b>4.2 Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social .....</b>	<b>43</b>
Síntese conclusiva e principais lições da dinamização do programa .....	45
<b>5. ANÁLISE DO PROGRAMA PILOTO DA REDE SOCIAL .....</b>	<b>48</b>
ANEXOS .....	54

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A Rede Social foi criada em Novembro de 1997, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, com o objectivo de incentivar a criação de redes de apoio social integrado de âmbito local, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e à promoção do desenvolvimento social.

A RCM surge num contexto em que se afirmam tendências de descentralização e territorialização do combate à pobreza e exclusão social, para uma maior responsabilização dos governos locais neste âmbito e para o desenvolvimento de políticas sociais activas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social.

A operacionalização da Rede Social consubstancia-se na criação de um Programa Piloto, aprovado em sede do Pacto de Cooperação para a Solidariedade em Abril de 1999, dinamizado pelo Instituto para o Desenvolvimento Social, a partir de Dezembro de 1999, em 41 concelhos piloto. O presente relatório incide na análise do processo de implementação deste programa, visando traçar orientações fundamentadas para o seu alargamento a todo o país.

O desenho do programa piloto assenta na construção de um novo tipo de parceria abrangendo as entidades públicas e privadas com intervenção nas mesmas áreas territoriais e na introdução de dinâmicas de planeamento estratégico, como pressupostos para garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais nos concelhos e freguesias e a concretização de soluções adequadas para os problemas das famílias e dos indivíduos.

Nesta perspectiva, o programa propôs aos projectos piloto as seguintes metas:

- a criação das estruturas de parceria definidas na RCM (Conselhos Locais de Acção Social e Comissões Sociais de Freguesia);
- a definição de um modelo de organização e funcionamento das estruturas da Rede Social;
- a criação de um sistema dinâmico de informação;
- a produção de um diagnóstico e de um plano de desenvolvimento social.

2. Apesar do espaço temporal de um ano previsto para o desenvolvimento do programa piloto ser escasso, considerando o carácter inovador do modelo e meto-

dologia propostos, um balanço global dos resultados obtidos permite-nos constatar uma significativa capacidade de execução das acções propostas.

A criação das estruturas de Rede Social, ao nível dos concelhos e das freguesias, pretendia gerar uma nova dinâmica de cooperação interinstitucional entre a Administração Central e Local e as instituições particulares, conduzida por princípios de subsidiariedade e flexibilidade do modelo. Estas redes territoriais surgem como condição para articular a acção dos diferentes agentes com actividade no mesmo território, em vez de multiplicar acções isoladas e por vezes concorrentes.

Entre os concelhos piloto verificou-se uma elevada capacidade de implementação do programa da Rede Social (93%), tendo 35 destes concelhos (85%) constituído formalmente os Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) e aprovado os regulamentos que viabilizam o seu funcionamento.

A maioria dos concelhos apostou na implementação prioritária dos CLAS, como forma de criar condições para dinamizar as Comissões Sociais de Freguesia (CSF), tendo em conta a necessidade de um trabalho prévio de sensibilização das juntas de freguesia e outras entidades locais. Contudo, no final do programa piloto, estavam já constituídas 40 CSF e 9 CS Inter-freguesias, abrangendo mais 31 freguesias.

A introdução de dinâmicas de planeamento estratégico surge como condição para a articulação de esforços e recursos dos diferentes agentes, na perspectiva de uma intervenção direccionada para o desenvolvimento local, superando as perspectivas sectorializadas de acção.

O balanço da implementação desta metodologia, traduzida na elaboração de diagnósticos concelhios e de planos de desenvolvimento social e na construção de sistemas locais de informação, também é muito positivo, sobretudo considerando a quase inexistente experiência na concretização da metodologia proposta.

Dos 35 concelhos piloto com CLAS formalmente constituído, 24 (68%) concluíram uma primeira versão dos respectivos diagnósticos e outros 10 (29%) esta-

vam em fase de conclusão dos mesmos. Em todos estes concelhos estavam a ser criados sistemas de informação simples, baseados na definição de fontes e de canais de recolha de informação e na elaboração de bases de dados. Por outro lado, 17 concelhos (49%) estavam a elaborar os respectivos planos de desenvolvimento social, definindo prioridades e orientações estratégicas para as intervenções dos parceiros dos CLAS.

3. A avaliação qualitativa da execução do programa pelos concelhos piloto demonstra ser possível construir um novo tipo de relações de parceria entre entidades públicas e privadas intervindo nos mesmos territórios, baseadas na equidade entre as entidades aderentes, na consensualização dos objectivos e na concertação das acções desenvolvidas pelos diversos agentes locais.

Devem salientar-se como aspectos reveladores das potencialidades do programa:

- a adesão de cerca de oitocentas entidades, incluindo uma percentagem significativa de entidades privadas sem fins lucrativos;
- a disponibilidade da grande maioria das câmaras para assumirem responsabilidades na dinamização e condução dos projectos locais;
- a adopção dos princípios essenciais do programa, nomeadamente o funcionamento numa lógica de democracia participativa, a articulação entre os parceiros e a subsidiariedade;
- o facto de terem sido desenvolvidos esforços no sentido da cooperação e criação de sinergias entre as diversas parcerias sectoriais.

A concretização das metodologias de planeamento estratégico, apesar das diferenças de qualidade nos diagnósticos territoriais produzidos, também teve resultados significativos, salientando-se:

- a elaboração participada dos diagnósticos resultando num maior conhecimento dos problemas locais e iniciando a superação de visões sectorializadas;
- a partilha e difusão da informação entre os parceiros, contrariando as culturas institucionais fechadas;
- a criação de sistemas de informação, ainda que incipientes nalguns casos, criando condições para aprofundar e actualizar os diagnósticos e o planeamento da intervenção social nos concelhos.

Contudo, importa referir os principais constrangimentos que vêm afectando o processo de implementação do programa Rede Social:

- a resistência de algumas entidades públicas às mudanças pressupostas no modelo de parceria aberto e participado que a Rede Social consubstancia;
- a dificuldade em definir modelos de organização e funcionamento nos concelhos maiores e com mais entidades aderentes, decorrendo da necessidade de garantir a funcionalidade das estruturas criadas;
- as dificuldades de dinamização das Comissões Sociais de Freguesia, dado o seu elevado número e, nalguns casos, devido à inexistência de técnicos e à necessidade de sensibilizar os autarcas e outros agentes locais;
- a exigência recorrente de constituição de parcerias locais alargadas, relativas a intervenções específicas, como as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, as Comissões Locais de Acompanhamento do Rendimento Mínimo, as redes regionais de emprego, os conselhos para a segurança, a educação, a saúde, a prevenção da toxicod dependência e outras, tendo como resultado o desgaste dos técnicos locais e o risco de banalização do trabalho em parceria.

No que se refere à produção de diagnósticos e de planos estratégicos locais, a morosidade dos processos desenvolvidos em alguns concelhos e a dificuldade revelada noutros ficou a dever-se principalmente a:

- falta de preparação específica de muitos quadros técnicos locais para aplicarem a metodologia de planeamento estratégico;
- limitações em recursos humanos e materiais, sobretudo nos concelhos de menor dimensão.

4. A análise da experiência piloto permite-nos concluir que, apesar das diferenças entre os concelhos e das dificuldades referidas, existem condições para implementar a Rede Social no país e que esta pode contribuir para melhorar significativamente as respostas sociais nos concelhos e nas freguesias.

As potencialidades do programa não se limitam ao plano local, podendo ter incidência nas relações entre os níveis de decisão nacional e local. Assim, ao promover a adopção de instrumentos de planeamento territorial da intervenção social, o programa pode contribuir decisivamente para que:

- os planos de desenvolvimento social constituam instrumentos de adaptação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) e de políticas e medidas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais;
- a produção de diagnósticos sociais locais, permita um conhecimento mais aprofundado das situações de pobreza e exclusão e contribua para o enriquecimento de futuros PNAI.

Para além das potencialidades reveladas, o Programa Rede Social enfrenta alguns riscos, entre os quais se destacam:

- as possíveis tentativas de influenciar os diagnósticos ou a definição de prioridades nos planos de desenvolvimento social em função da afirmação de protagonismos pessoais ou institucionais e em detrimento da resolução dos principais problemas existentes.
- o risco da Rede Social se transformar numa mera estrutura de planeamento cujas decisões e pareceres não são viabilizados ou não têm consequências práticas, conduzindo à desmobilização dos parceiros.

5. Para garantir um cabal aproveitamento das potencialidades da Rede Social e prevenir os riscos referidos, apresentam-se as seguintes recomendações relativas à orientação estratégica futura do programa:

- Apostar na afirmação do programa, dando-lhe maior visibilidade e identidade, garantindo-lhe suporte institucional e aprofundando a caracterização do seu modelo de estruturação. Neste sentido, a Regulamentação da RCM nº197/97 deverá concretizar a noção de Rede Social como espaço de democracia participativa que permite consensualizar objectivos e estratégias de intervenção e afirmar o princípio da subsidiariedade como princípio fulcral na construção da rede.
- Perspectivar a Rede Social, como estrutura base para avançar na definição de modelos de cooperação e articulação das parcerias locais, por forma a evitar os efeitos perversos da actual tendência para a multiplicação de parcerias sectoriais alargadas.
- Colocar a Rede Social ao serviço da operacionalização das medidas e programas de âmbito nacional, viabilizando a sua incidência nos projectos e formas de intervenção de âmbito local. Neste sentido, os planos de desenvolvimento social locais poderão desdobrar alguns dos objectivos e metas do

PNAI e mediar a sua concretização tendo em conta os problemas e necessidades locais.

- Estudar a possibilidade de definir as instâncias de âmbito supra-concelhio que garantam a coerência entre formas de planeamento com diversos âmbitos e a diferentes níveis. Esta recomendação decorre da necessidade de os planos de desenvolvimento social se articularem, num futuro próximo, com outras formas de planeamento, nomeadamente nas áreas económica e ambiental.
- Definir formas de articulação interinstitucional e mecanismos de discriminação positiva que garantam a efectividade das recomendações das estruturas locais da Rede e permitam a concretização das decisões consensualizadas pelos parceiros, nomeadamente dos projectos e candidaturas a programas, que emergem dos planos de desenvolvimento social.

Destas recomendações decorrem as seguintes propostas:

- Prosseguir a implementação faseada da Rede Social no território nacional, até 2006, em articulação com a linha 5.1.1 do POEFDS.
- Concretizar a regulamentação da RCM nº197/97, tendo por base o projecto apresentado pelo Instituto para o Desenvolvimento Social a partir da sistematização da experiência dos concelhos piloto. Esta regulamentação deve afirmar a identidade do programa e balizar a sua consolidação no plano nacional.
- Criar a Comissão de Cooperação Social, prevista na RCM nº 197/97, para garantir o acompanhamento e avaliação da Rede Social ou, em alternativa, designar outra estrutura nacional de parceria interministerial e intersectorial para assumir essas funções.
- Analisar e propor, de acordo com o nº3 da RCM e partindo da sistematização das experiências locais, possíveis alterações de estruturas orgânicas ou legislativas, susceptíveis de possibilitar uma melhor articulação das parcerias institucionais nos locais.
- Tomar medidas para conferir à Rede Social responsabilidades na operacionalização do PNAI, no que diz respeito às intervenções de âmbito territorializado que decorrem dos objectivos 2 (*“prevenir os riscos de exclusão”*) e 3 (*“actuar em favor dos mais vulneráveis”*), nomeadamente, os Contratos de Desenvolvimento Social Urbano, o Programa “Espaço Rural e Desenvolvimento Social” e as Iniciativas Territoriais para a Inclusão.

- Concretizar a definição das condições e modalidades em que poderão ser celebrados contratos programa, previstos no nº13 da RCM, garantindo que estes visam a resolução dos problemas sociais mais prementes e constituem efectivas forças motrizes do desenvolvimento social local.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório incide na análise do processo de implementação do Programa da Rede Social durante a fase piloto, que decorreu entre Novembro de 1999 e Março de 2001, com o objectivo de retirar lições, susceptíveis de permitir a correcção de eventuais erros ou desvios relativamente à filosofia, princípios e objectivos do programa e traçar orientações fundamentadas para o seu alargamento gradual a todo o país.

Encabeçando o relatório, apresentam-se um conjunto de recomendações e propostas, decorrentes da sistematização da experiência da fase piloto, que consubstanciam orientações estratégicas para o alargamento do programa a novos concelhos e para a sua consolidação.

No segundo capítulo deste relatório traça-se um breve enquadramento do Programa de Implementação da Rede Social, consistindo numa descrição sumária dos seus objectivos e filosofia de base.

No terceiro capítulo apresentam-se os resultados da fase experimental de implementação do programa decorrentes dos projectos desenvolvidos pelos concelhos piloto e retiram-se as principais lições das experiências locais. Este ponto contém uma primeira avaliação, qualitativa e quantitativa, dos resultados da fase experimental, considerando, prioritariamente, a coerência destes resultados com a filosofia e princípios do programa e os contributos dados para os objectivos traçados.

No quarto capítulo descrevem-se as actividades desenvolvidas pelo Instituto para o Desenvolvimento Social através do Núcleo da Rede Social (NRS) e a estratégia metodológica seguida na implementação do programa piloto.

Finalmente, faz-se uma análise global, qualitativa, do Programa Piloto e apresentam-se algumas considerações prospectivas sobre a Rede Social, decorrentes da análise efectuada.

## 2. ENQUADRAMENTO

A Rede Social foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº197/97, de 18 de Novembro. Esta Resolução surge num contexto em que se afirmam tendências de descentralização e territorialização do combate à pobreza e exclusão social, para uma maior responsabilização das autarquias locais neste âmbito e para o desenvolvimento de políticas sociais activas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social.

A RCM designa por Rede Social “o conjunto das diferentes formas de entreatajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social e articulem entre si e com o governo a respectiva actuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social”.

Esta Resolução alicerça a Rede Social na *“tradição secular de entreatajuda familiar e de solidariedade mais alargada”* que está na base do surgimento de inúmeros *“grupos e iniciativas de acção social disseminados por todo o país”*.

A filosofia de base da Rede Social pretende, assim, apoiar-se nos valores associados às dinâmicas de solidariedade social que sempre existiram no país, nos mais diversos âmbitos e esferas de intervenção, para *“incentivar o surgimento de redes de apoio social integrado de âmbito local”* capazes de contribuir nomeadamente, para:

- o fomento da articulação entre organismos públicos e entidades particulares sem fins lucrativos que actuam no domínio social, visando em especial a actuação concertada na prevenção, priorização e solução de problemas sociais;
- o encaminhamento dos problemas sociais que necessitem de intervenção urgente para as entidades adequadas;
- a cobertura equitativa e equilibrada dos concelhos por serviços e equipamentos sociais;
- a elaboração e difusão de estatísticas referentes aos problemas detectados;
- o surgimento das necessárias inovações na concretização das medidas de política social, nomeadamente, a nível do combate à exclusão e do fomento da economia social;

- a participação das pessoas e grupos abrangidos e das populações em que se inserem.

Em síntese, a RCM contém algumas orientações práticas que apontam para a articulação de esforços entre as entidades com intervenção social a nível local, o estudo dos problemas locais e das respectivas soluções, a rentabilização e dinamização das respostas e equipamentos existentes no sentido do desenvolvimento social local.

O “Programa para a Implementação de Projectos Piloto no âmbito da Rede Social”, apresentado e aprovado em reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, em Abril de 1999, alicerça-se nos objectivos gerais e orientações definidas na RCM, e simultaneamente, situa-se no quadro de uma política social que procura potenciar a eficácia das medidas de intervenção e incentivar as relações de parceria entre organismos públicos e a iniciativa social privada.

O Programa da Rede Social, para atingir os efeitos pretendidos, preconiza uma metodologia de planeamento integrado, como ponto de partida para a consolidação de uma parceria dinâmica que promova um planeamento integrado potenciando os recursos locais e identificando respostas para os problemas individuais e colectivos.

Ao Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS), através do Núcleo da Rede Social, estão atribuídas responsabilidades relativas à implementação do Programa da Rede Social, nomeadamente, dinamizar e assegurar o desenvolvimento da Rede Social no território nacional continental.

Este programa assenta em três níveis distintos de actuação: um nível local, que se refere às actividades nos concelhos em que a Rede Social é implementada, um nível nacional que respeita à actuação desenvolvida pelo NRS do IDS e, por último, um nível de cooperação inter-ministerial e inter-institucional que se traduz na articulação existente entre o IDS e o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, através do sua Comissão de Acompanhamento e Avaliação e também do Grupo de Trabalho para a Rede Social.

### 3. IMPLEMENTAÇÃO DA REDE SOCIAL NOS CONCELHOS PILOTO

A metodologia proposta no quadro do Programa Piloto foi a do planeamento integrado e participado, baseado em diagnósticos sociais, envolvendo todos os parceiros locais e as próprias populações, com o objectivo de racionalizar e conferir maior eficácia à intervenção dos agentes locais no combate às situações de pobreza e de exclusão social e promover o desenvolvimento social local.

Para atingir os efeitos pretendidos, o programa piloto foi desenvolvido segundo dois eixos estruturantes:

- o desenvolvimento da cultura de parceria, em que as autarquias deverão assumir um papel de dinamização fulcral;
- a promoção do desenvolvimento social local (do concelho, das freguesias e dos bairros), através da introdução de dinâmicas de planeamento estratégico.

A introdução destas dinâmicas de planeamento de base territorial, expressa na elaboração de planos de desenvolvimento social, pretende contribuir para a unificação de esforços e recursos das entidades locais e para a implementação de projectos integrados numa acção coerente de desenvolvimento local.

O desenvolvimento da cultura de parceria visa criar uma base de sustentação estável para o funcionamento das estruturas da Rede Social e para a concretização da metodologia de planeamento integrado. Pretende-se construir parcerias entre entidades públicas e privadas com intervenção social nos mesmos territórios, baseadas na equidade entre as entidades aderentes, na transparência e abertura nas relações entre os parceiros e na consensualização de decisões.

No decorrer do seu ano piloto este Programa desenvolveu-se em duas fases distintas:

- fase de lançamento;
- fase de execução.

Em termos concretos, na fase de lançamento do Programa, aqueles dois eixos materializaram-se no esforço primordial de constituição dos Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) e Comissões Sociais de Freguesia (CSF) nos concelhos piloto, e aprovação dos respectivos regulamentos internos. Enquanto na fase de exe-

cução do Programa os resultados propostos aos concelhos piloto foram a elaboração de diagnósticos sociais de âmbito concelhio, a montagem de sistemas de informação locais, a elaboração de planos de desenvolvimento social e a definição de um modelo de organização e funcionamento das estruturas de parceria existentes.

#### 3.1 O lançamento da Rede Social (1ª fase)

O objectivo consistiu em dinamizar a criação das estruturas de parceria que dão corpo à Rede Social ao nível concelhio e de freguesia, tendo por base o desenvolvimento de uma verdadeira cultura de parceria nos locais.

##### 3.1.1 Constituição das estruturas de parceria: Conselhos Locais de Acção Social e Comissões Sociais de Freguesia

A criação das estruturas da Rede Social, ao nível dos concelhos e das freguesias, pretendia gerar uma nova dinâmica de cooperação interinstitucional entre a Administração Central e Local e as instituições particulares, conduzida por princípios de subsidiariedade e flexibilidade. Estas redes territoriais surgem como condição para articular a acção dos diferentes agentes com actividade no mesmo território, em vez de multiplicar acções isoladas e por vezes concorrentes.

Entre os 41 concelhos piloto verificou-se uma elevada capacidade de implementação do Programa da Rede Social. Assim, apenas 3 não conseguiram implementar o programa, facto que poderá ser justificado pelas seguintes razões:

- falta de recursos humanos a nível local, com disponibilidade para trabalhar na Rede Social;
- lacunas no envolvimento de alguns serviços da administração pública e câmaras municipais na constituição das estruturas da Rede Social;
- divulgação/informação insuficiente do programa a todos os actores sociais do concelho.

Dos 38 concelhos que avançaram na concretização do programa, 35 (85%) des-

tes concelhos constituíram formalmente os seus CLAS e aprovaram os regulamentos internos que viabilizam o seu funcionamento.

Os 3 restantes concelhos iniciaram o processo de implementação de forma mais lenta e estão em fase de consolidação da parceria.

### QUADRO 1. Indicadores de Resultados

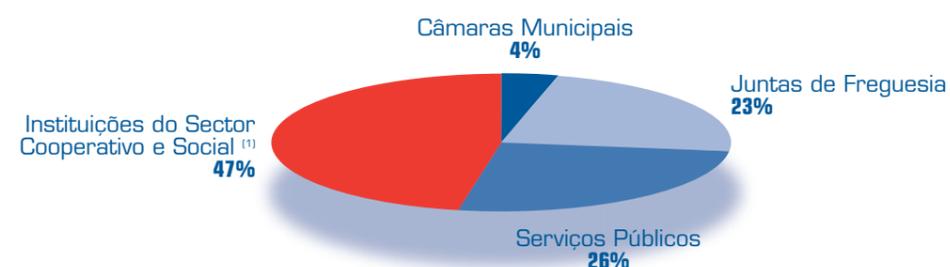
	Concelhos	%
<b>Concelhos seleccionados</b>	<b>41</b>	<b>100</b>
Adesão dos Conselhos Seleccionados ao Programa <sup>(1)</sup>	38	93
CLAS Formalmente Constituídos	35	85
CLAS com regulamento Interno Aprovado	35	85

<sup>(1)</sup> Conselhos que não implementaram o programa com sucesso: Coimbra, Covilhã e Tomar

Para compreender o processo de constituição da parceria concelhia, importa analisar o tipo de entidades que até Março de 2001 integraram cada CLAS.

Assim, em termos de composição verifica-se uma elevada adesão das instituições do sector cooperativo e social. Num total de 826 entidades, salienta-se a participação de 385 (47%) daquele sector e ainda, uma significativa participação das Juntas de Freguesia, cerca de 193 (23%), e dos serviços públicos com 213 representantes (26%).

### GRÁFICO 1. Composição dos Conselhos Locais de Acção Social



<sup>(1)</sup> Inclui IPSS, Misericórdias, Mutualidades, ADL e outras entidades.

Verificou-se ainda, em alguns CLAS, a adesão de associações representativas de empresários, comerciantes, industriais e de agricultores e, mesmo, de cooperativas de ensino privado, demonstrativo do interesse do sector económico em participar no processo de planeamento estratégico de base territorial.

É de salientar a diversidade da composição dos CLAS (ver dados do anexo 1), quer a nível do plenário, quer da constituição dos seus núcleos executivos, verificando-se em alguns a presença significativa de Instituições do Sector Cooperativo e Social e um reduzido número de serviços públicos, enquanto noutros pode constatar-se o inverso, dependendo em geral da disponibilidade de recursos humanos nas instituições privadas.

A metodologia seguida na implementação da Rede Social, valorizou de forma idêntica a criação de CLAS e CSF. Considerando o elevado número de freguesias em causa e a necessidade de criar condições para a dinamização e implementação das CSF, o IDS sugeriu que este processo tivesse início com a constituição dos CLAS. Contudo, deixou à consideração das entidades locais a aplicação da Resolução do Conselho de Ministros 197/97, implementando a Rede Social de forma adequada às condições concretas existentes em cada concelho e aproveitando as dinâmicas locais.

A maioria dos concelhos apostou na implementação prioritária dos CLAS, como forma de criar condições para dinamizar as CSF, tendo em conta a necessidade de um trabalho prévio de sensibilização das juntas de freguesia e outras entidades locais. Contudo, no final do programa piloto, estavam já constituídas 40 CSF e 9 Comissões Sociais Inter-freguesias, abrangendo mais 31 freguesias. O anexo 2, apresenta dados detalhados sobre a constituição de CSF no decurso da fase piloto.

Deve-se salientar que concelhos como Águeda, Sintra, Vila Franca de Xira e Santa Maria da Feira optaram por iniciar o processo pela criação das CSF, enquanto os concelhos de Vila Nova de Famalicão, Matosinhos, Évora e Figueira da Foz dinamizaram simultaneamente os CLAS e as CSF. Em todos estes concelhos, foram encontradas formas de implementação da Rede Social de acordo com especificidades dos concelhos, que se prendem com características geo-

gráficas, leque de instituições existentes e dinâmicas territoriais prévias ao lançamento deste programa.

Um último aspecto que diferencia as experiências neste domínio, é o facto de em determinadas freguesias, devido ao reduzido número de habitantes ou de potenciais parceiros existentes, se ter optado pela constituição de Comissões Sociais Inter Freguesia, integrando num mesmo fórum os parceiros de um conjunto de freguesias contíguas com semelhanças sócio-demográficas, o que aconteceu em concelhos como Águeda, Vila Franca de Xira e Vila Nova de Famalicão.

Em conclusão, importa salientar que o processo de implementação da Rede Social nos concelhos, pese embora o desequilíbrio referido entre a constituição de CLAS e de CSF, desenvolveu-se de forma muito positiva, considerando a complexidade do programa.

### **3.1.2 Modelo de organização e funcionamento das estruturas locais da Rede Social**

O modelo de organização e funcionamento da Rede Social traduz-se na aprovação de regulamentos internos dos CLAS e CSF. Relativamente à elaboração destes documentos, e considerando o carácter experimental do programa piloto, o IDS apenas procurou garantir que as opções assumidas pelos concelhos se situassem no quadro dos princípios gerais definidos na RCM 197/97 e no documento “Programa Piloto da Rede Social (1999/2000)”.

Assim sendo, a sua redacção foi da responsabilidade dos parceiros a nível local. Na maioria dos casos os Conselhos ou Comissões optaram por documentos simples que permitissem um funcionamento inicial ágil, com o intuito de, após os primeiros meses de experiência, realizar as alterações necessárias aos regulamentos aprovados.

A maioria dos regulamentos aprovados incluíram, na definição das competências dos CLAS, dimensões relativas ao planeamento estratégico da intervenção social, articulação ou integração das intervenções dos parceiros, produção e difusão de infor-

mação e encaminhamento de situações individuais de pobreza e exclusão social.

No que respeita às estruturas que compõem os CLAS constituídos, a opção maioritária passou por formalizar um plenário, com todas as entidades, e um núcleo executivo, formado por um conjunto restrito de parceiros, atribuindo ao primeiro funções de decisão e coordenação, ficando a cargo dos núcleos executivos as tarefas de carácter predominantemente técnico. Verificou-se ainda um número significativo de casos em que os regulamentos internos previam a existência de comissões especializadas, permanentes ou não, responsáveis por determinada área temática, como o emprego ou a habitação, ou com preocupações transversais sobre uma área geográfica delimitada.

Para além de conteúdos comuns aos diversos regulamentos internos aprovados constataram-se duas tendências que os diferenciam. Por um lado, os regulamentos que prevêm a participação de todas as entidades que queiram aderir à parceria, seguindo uma lógica em que a cada entidade corresponde um representante e o respectivo voto. Por outro lado, os regulamentos internos aprovados em concelhos que, ponderando as dificuldades de funcionamento de um plenário com um elevado número de instituições, optaram por sistemas de representatividade. Nestes casos, um parceiro pode ser o representante das instituições particulares que intervêm num determinado âmbito, como por exemplo o trabalho com a população idosa, ou determinada(s) freguesia(s) do concelho.

Apesar de não existirem muitas situações em que os regulamentos dos CLAS tenham contrariado os parâmetros definidos na RCM 197/97 ou os princípios inerentes ao Programa Rede Social, ocorreram alguns casos pontuais em que tal aconteceu. Perante estas situações, e no âmbito do acompanhamento técnico ao programa, o IDS elaborou e divulgou a Circular nº1 da Rede Social, através da qual foram difundidas as seguintes orientações:

1. *Natureza dos Conselhos Locais de Acção Social* - O CLAS é um órgão de concertação entre os seus membros - ou como definido na Resolução do Conselho de Ministros, “fórum de articulação e congregação de esforços” - com vista a que as decisões nele tomadas possam, numa lógica de compromisso colectivo, constituir indicações que influenciem efectivamente as tomadas de decisão de cada um dos parceiros. Assim, o CLAS não poderá

ser definido, nem como órgão meramente consultivo de alguma das entidades que o constituem, nem como tendo uma natureza deliberativa.

2. *Adesão e permanência no Conselho Local de Acção Social* - Tendo em conta que a Rede Social se baseia na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar, os estímulos à participação dirigidos a eventuais novos parceiros no CLAS são extremamente positivos para a dinamização local de um trabalho em parceria.

Por outro lado, ainda que a adesão de um novo membro seja formalizada com algum tipo de (co)responsabilização, não parece adequado que os parceiros tenham de tomar posse perante o Presidente do CLAS, ou obter deste um deferimento formal que permita a sua saída deste Conselho, bastando para tal uma declaração formal do próprio.

Da mesma forma prever a exclusão de membros do CLAS, baseada em qualquer tipo de procedimento formal do seu funcionamento, constitui outra situação que não se articula com a filosofia inerente à Rede Social.

3. *Votação em plenário* - Ao ser definida a estrutura do CLAS é extremamente importante equacionar ou prever a articulação de outras estruturas de parceria já existentes, como por exemplo, as Comissões Locais de Acompanhamento do Rendimento Mínimo ou as Comissões de Protecção de Menores, para que estas integrem a estrutura organizativa do Conselho Local de Acção Social. Contudo, estes núcleos de parceiros não têm direito de voto enquanto entidades autónomas, dado que, estando as instituições que as constituem já representadas no próprio CLAS, tal situação constituiria uma duplicação de votos.

### 3.1.3 Modelo de articulação das estruturas de parceria locais

O programa piloto, no quadro dos seus objectivos, desafiava os concelhos piloto a equacionarem propostas de modelos de cooperação e articulação das parcerias locais já existentes, nomeadamente, as referentes às Comissões Locais de Acompanhamento do Rendimento Mínimo, às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, às parcerias dos Projectos de Luta Contra a Pobreza, entre outras.

Este desafio pretendia concretizar o princípio da articulação, criando condições para integrar progressivamente as várias parcerias e para que os promotores de diferentes iniciativas locais se integrassem num projecto mais global e de conjunto visando o desenvolvimento local.

Por outro lado, esta proposta constituía uma resposta a um problema muito sentido pelos técnicos locais, o facto de a multiplicação de parcerias locais, frequentemente envolvendo as mesmas entidades e até os mesmos representantes, poder ter o efeito perverso de contribuir para a multiplicação de reuniões com temáticas sobrepostas e para a dispersão de esforços dos técnicos locais.

Tendo em conta que a RCM 197/97, no seu artigo 23, considera recomendável a não duplicação de estruturas e que, *no plano local e no nacional, sejam tomadas as providências de integração* [das estruturas de parceria] *tidas por adequadas, podendo vir a adoptar-se, mais tarde, orientações de carácter geral baseadas na experiência entretanto decorrida*, foi deixado ao critério de cada CLAS a definição deste modelo, numa lógica de experimentação que, sem prejuízo da restante legislação em vigor, contribuísse para a implementação de um trabalho articulado entre as diversas parcerias locais.

Durante o período piloto, muitos concelhos, nomeadamente V. N. de Famalicão, Matosinhos, Sintra, Espinho, Peniche, entre outros, desenvolveram modelos experimentais de cooperação entre diversas parcerias locais, incidindo nos seguintes pontos fundamentais:

- planificação conjunta das reuniões das principais parcerias institucionais,

visando evitar duplicações de reuniões e de temas constantes das respectivas ordens de trabalho;

- articulação de acções concretas, visando nomeadamente implementar sistemas de atendimento integrado às populações e evitar duplicações de intervenção junto das mesmas famílias;
- estudo, experimentação e elaboração de propostas relativas a uma efectiva integração futura de parcerias, nomeadamente Rede Social, CLA do RMG e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (alargada).

As experiências levadas a cabo, demonstraram a viabilidade e importância para o trabalho local da articulação entre as diversas parcerias e deram azo ao surgimento ou implementação de iniciativas concretas para melhorar e alargar o apoio às famílias desfavorecidas. Por outro lado, demonstraram a urgência do estudo de eventuais alterações de estruturas orgânicas e legislação em vigor, por forma a viabilizar a adopção de efectivas medidas de integração das parcerias.

Finalmente, ganhou corpo a ideia consensual de que a Rede Social, dadas as suas características de parceria alargada transversal às diferentes áreas de intervenção, incidindo no planeamento estratégico da intervenção local, pode ser a base a partir da qual se estruture um modelo de cooperação ou integração futura de parcerias locais.

### **Síntese conclusiva e principais lições da implementação da Rede Social**

Os concelhos piloto demonstraram uma elevada capacidade de concretização dos objectivos previstos para a fase de lançamento do programa piloto. A disponibilidade dos representantes das autarquias para assumirem a condução dos processos, a adesão de um número significativo de entidades particulares sem fins lucrativos e a presença de responsáveis de serviços públicos nos CLAS e CSF são aspectos importantes para o funcionamento da Rede Social que importa destacar.

Podemos, no entanto, referenciar como principais constrangimentos que afectaram nalguns concelhos o processo de implementação da Rede a resistência de algumas entidades públicas ao modelo de parceria preconizado, a morosidade na

nomeação de representantes de alguns serviços públicos, a dificuldade de dinamização das CSF em muitos concelhos e a existência de numerosas parcerias sectoriais nos concelhos, causando alguma desmotivação dos técnicos para o trabalho em parceria.

Apesar destes constrangimentos, a experiência piloto mostrou a possibilidade e a importância de constituir um novo modelo de parceria entre entidades públicas e privadas, com intervenção no mesmo território, baseado na equidade entre as entidades aderentes e na consensualização das decisões entre os parceiros. No decurso do ano experimental levantaram-se três questões particularmente relevantes relativas ao processo de implementação da Rede Social.

Uma primeira questão diz respeito à diversidade de condições existentes nos concelhos para implementar o programa. Se os pequenos concelhos enfrentam dificuldades devido à escassez de técnicos e recursos, já os grandes concelhos urbanos têm outro tipo de problemas que derivam da sua extensão geográfica e elevada densidade populacional, bem como do grande número de potenciais entidades parceiras da Rede Social.

A segunda questão tem a ver com a dificuldade de muitos concelhos piloto em dinamizar as Comissões Sociais de Freguesia. Este facto, por um lado, deveu-se ao elevado número de freguesias existente. Por outro lado, em muitos casos, deveu-se ao facto de existirem poucas entidades para constituir a parceria, à escassez ou inexistência de técnicos nas freguesias e à necessidade de um trabalho prévio de sensibilização dos autarcas e de outros actores locais.

A terceira questão, diz respeito à existência de um número crescente de parcerias que actuam nas mesmas áreas. Constatou-se que a sobreposição de competências e de actuação de diferentes parcerias actualmente constituídas é uma preocupação transversal a todos os concelhos piloto e um tema recorrente de qualquer discussão sobre parcerias.

A experiência dos concelhos piloto mostrou que, mesmo na fase de alargamento do programa, será muito importante salvaguardar a flexibilidade do modelo da Rede Social, no que diz respeito à organização e ao funcionamento das estruturas de parceria.

Assim, quanto à primeira questão, parece aceitável que os grandes concelhos definam a constituição dos CLAS em termos de representatividade de alguns sectores, por forma a evitar a constituição de estruturas muito pesadas e pouco funcionais, desde que consensualizado entre os parceiros.

Relativamente à segunda questão, a experiência de constituição de Comissões Sociais Inter-freguesias, sempre que as condições locais assim o aconselhem revelou-se positiva. Também ficou claro que tanto as CSF com as Comissões Sociais Inter-freguesias deverão ter um funcionamento simples, centrado na resolução dos problemas locais e abranger uma variedade de entidades locais interessadas, tais como clubes desportivos, associações culturais e recreativas, associações e grupos representativos das populações, em particular as mais vulneráveis, e até empresas locais com vontade de contribuir para o desenvolvimento social.

Finalmente, quanto à terceira questão é opinião generalizada nos concelhos piloto, e uma das conclusões apresentadas no 1º Encontro Nacional da Rede Social que esta se deve assumir no terreno como “plataforma” para a integração das parcerias alargadas, sendo que a definição do modelo de articulação deve ter em conta as especificidades locais.

Outras lições importantes para o futuro do programa, foram retiradas no quadro da realização do referido Encontro Nacional, em 7 de Novembro de 2000, destacando-se:

- apesar da adesão à Rede Social ser livre, identificou-se a necessidade dos serviços públicos, referidos na RCM 197/97, estarem obrigatoriamente presentes nas estruturas;
- a necessidade de um envolvimento maior e mais eficaz do sector privado social;
- a necessidade de um maior envolvimento do sector económico;
- a importância da participação dos próprios excluídos na busca de soluções para os problemas existentes;
- a importância das experiências locais de parceria para a facilitação do processo de implementação e consolidação da Rede Social;
- a necessidade da presença dos vários serviços públicos nos momentos de

decisão das estruturas da Rede;

- a importância dos factores tempo e experiência no estabelecimento e consolidação eficaz das parcerias;

### **3.2 Concretização do planeamento estratégico (fase de execução)**

A proposta de adopção de metodologias de planeamento integrado, tendo como resultado a construção de planos de desenvolvimento social, consensualizados pelos parceiros, teve como objectivo criar condições para articular progressivamente as acções dos parceiros e perspectivar a intervenção social nos territórios no quadro do desenvolvimento local.

#### **3.2.1 Planos de Trabalho**

Uma das etapas do processo de implementação da Rede Social, sugerida no quadro do programa piloto, foi a elaboração de um plano de trabalho prévio à realização do diagnóstico e plano de desenvolvimento social. Este documento foi proposto com o intuito de facilitar a organização das equipas multi-institucionais, distribuindo as tarefas pelos diferentes parceiros envolvidos e calendarizando as acções previstas para a fase de execução do programa.

Em vários concelhos os parceiros locais sentiram dificuldades em elaborar um documento com estas características, já que a experiência de trabalho em parceria, em geral, não pressupunha este tipo de planeamento. Exceptuando alguns casos pontuais, os CLAS optaram por dar início à realização do diagnóstico concelhio envolvendo as entidades representadas nos núcleos executivos ultrapassando o momento de elaboração do plano de trabalho.

Perante esta situação o IDS sentiu a necessidade de reavaliar a pertinência deste documento, sugerindo a adopção de modelos de planificação do trabalho muito simples e esquemáticos e aceitou que alguns dos concelhos piloto prescindissem deste instrumento de trabalho.

### 3.2.2 Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social

Na fase de execução do Programa Piloto da Rede Social, a aposta na construção participada de um diagnóstico foi essencial para criar condições de transformação efectiva da intervenção local e constituiu uma forma de dar conteúdo prático à dinamização das estruturas que consubstanciam a Rede Social.

Considerando a inexperiência da maioria dos concelhos em matéria de diagnóstico e planeamento territoriais, o IDS produziu orientações no sentido de que o diagnóstico fosse elaborado da forma tão rápida e eficaz quanto possível, tendo em conta que é um processo aberto e em contínua actualização. Deste modo pretendeu-se criar condições para, ainda durante o ano piloto, se chegar a uma hierarquização dos problemas e à definição de prioridades de intervenção.

A elaboração do diagnóstico cumpriu, nesta fase de implementação da Rede, dois objectivos distintos. Por um lado, permitiu iniciar um percurso de planeamento da intervenção baseada num conhecimento alargado e multidimensional da realidade de cada concelho, compreendendo a dimensão dos problemas existentes para além das suas manifestações em casos individuais, e identificando as suas causas e as correlações existentes entre problemáticas distintas. Por outro lado, ao ser realizado permitiu aplicar os princípios da articulação e integração dos diversos sectores que compõem as estruturas de parceria propostas.

O processo de elaboração do diagnóstico foi o momento ideal para fomentar a participação ao nível dos parceiros. Na maior parte dos CLAS esta participação iniciou-se com o fornecimento de dados quantitativos, tendo os parceiros nalguns concelhos um papel mais relevante na discussão da estrutura, principais conclusões, e áreas a aprofundar. Verificou-se mesmo, em alguns CLAS, uma participação mais dinâmica e interventora, com a integração dos parceiros em grupos de trabalho temáticos.

Deve salientar-se que um número significativo de CLAS contou com a colaboração de universidades e outras instituições de ensino superior na elaboração dos diagnósticos. Em regra, esta colaboração resultou do estabelecimento de proto-

colos ou decorreu da participação das referidas instituições nos CLAS, revelando-se uma importante experiência com claros benefícios para ambas as partes.

Verificaram-se ainda algumas situações em que os CLAS optaram por, justificando com a falta de disponibilidade de recursos humanos, encomendar a equipas externas, que correram algum risco de não articular suficientemente com todos os parceiros, enquanto que noutros casos, o diagnóstico foi essencialmente realizado pelo núcleo executivo, que o levou ao plenário do CLAS para aprovação.

Esta diversidade de processos de elaboração dos diagnósticos, resultou de diferentes realidades e necessidades locais e das diferentes dinâmicas e experiências de parceria existentes em cada concelho.

O acompanhamento técnico efectuado pelo IDS aos projectos piloto, permitiu detectar uma generalizada inexperiência das parcerias ao nível do planeamento estratégico, considerando-se então que seria vantajoso num primeiro ano o CLAS focalizar-se na consolidação da parceria e na elaboração de uma primeira versão do diagnóstico e no ano seguinte (já após o ano piloto) aprofundar este diagnóstico e elaborar o plano de desenvolvimento social.

Esta perspectiva de trabalho, pretende criar condições para uma efectiva participação das entidades locais na elaboração dos diagnósticos e para que estes tenham maior qualidade e rigor a nível do aprofundamento das temáticas.

No final do ano piloto, dos 35 concelhos que concluíram com sucesso a fase de implementação, 24 (69%) tinham concluído os diagnósticos, 10 (29%) estavam em fase de conclusão dos mesmos e apenas 1 não tinha iniciado o processo de elaboração do diagnóstico. Três concelhos elaboraram ainda uma versão preliminar do plano de desenvolvimento social. Informação mais detalhada pode ser encontrada no anexo 1 deste relatório.

**GRÁFICO 2. Pré-diagnóstico**



Estes dados permitem-nos verificar que, apesar de algumas dificuldades iniciais, existe uma significativa capacidade de, a nível local, as entidades envolvidas se adaptarem a novos métodos de trabalho e adoptarem dinâmicas de planeamento estratégico na sua intervenção.

### 3.2.3 Sistema de informação

Uma das etapas da fase de execução deste programa, determinante para a concretização de uma metodologia de planeamento estratégico, é a implementação de um sistema de informação local.

Este sistema deve assentar em duas orientações fundamentais. A elaboração e actualização do diagnóstico social e a difusão de informação a todos os actores sociais e à população em geral.

Assim, pretendeu-se que os CLAS definissem um sistema de informação local com os seguintes objectivos:

- apoiar a recolha de informação necessária à elaboração e actualização do diagnóstico social;
- garantir a equidade no acesso à informação por parceiros com diferentes capacidades e recursos;
- fomentar a circulação da informação;
- permitir a difusão dos conhecimentos produzidos e, ao mesmo tempo, dar visibilidade às boas práticas;

- contribuir para a consolidação dos CLAS, na medida em que constitui um importante factor de mobilização dos parceiros que vão participar a diferentes níveis e com diversos contributos;
- divulgar os diagnósticos sociais e os planos de desenvolvimento social, produzidos pelos CLAS, à população em geral.

O IDS sugeriu o desenvolvimento de um processo gradual e sustentado de montagem do sistema de informação local, de acordo com as possibilidades de cada concelho.

A montagem deste sistema implicou um esforço significativo das equipas de cada CLAS. A relativa complexidade deste processo, o carácter inovador da metodologia proposta e a cultura institucional dominante de reserva quanto à disponibilização de informação, determinou que os sistemas de informação se encontrem em estados relativamente incipientes da sua evolução.

No entanto, foram dados alguns passos de preparação fundamentais para a montagem futura destes sistemas de informação. Nomeadamente, os CLAS iniciaram o seu trabalho de recolha de informações para o diagnóstico definindo as metodologias adequadas e recorrendo a uma tabela de indicadores fornecida pelo IDS, com carácter indicativo, tendo cada CLAS seleccionado as informações relevantes face às realidades dos concelhos em questão. Os parceiros envolvidos identificaram ainda as fontes de dados mais pertinentes para o seu trabalho, mantendo os canais de informação abertos.

É de referir ainda que, na maioria dos casos, os CLAS estruturaram o seu trabalho de recolha de informação distribuindo responsabilidades por grupos de trabalho afectos a determinadas áreas temáticas, o que poderá facilitar a sistematização e agilização futura da recolha dos dados necessários para a actualização do diagnóstico social.

## Síntese conclusiva e principais lições da concretização do planeamento estratégico

Não existindo no país tradição de planeamento integrado de base territorial na área da intervenção social, a introdução da metodologia proposta para a Rede Social, revelou-se um processo complexo e que os concelhos piloto desenvolveram de forma desigual, consoante os recursos técnicos disponíveis e a experiência das entidades e serviços locais neste âmbito.

De facto, as principais dificuldades sentidas pelos CLAS derivaram da falta de preparação específica sobre as metodologias de planeamento de muitos técnicos e agentes locais, acrescida pela limitação em recursos humanos e materiais, sobretudo nos concelhos mais pequenos.

Considerando estes constrangimentos o balanço da implementação desta metodologia no decurso do programa piloto é claramente positivo.

Entre os impactos mais significativos devem salientar-se pela sua importância futura:

- o processo participado no debate dos problemas e na elaboração do diagnóstico que ocorreu num número significativo de concelhos piloto, contribuindo para a consolidação das parcerias;
- a partilha e difusão da informação entre os parceiros, contrariando culturas institucionais de fechamento e resistência à divulgação de informação;
- o desencadear de processo de criação de sistemas de informação, que poderão facilitar a actualização e aprofundamento dos diagnósticos.

A experiência do ano piloto revelou que a introdução de metodologias de planeamento, envolvendo os actores locais com intervenção na área social, é um processo necessariamente moroso que implica uma fase inicial de aprendizagem e interiorização das novas metodologias.

A principal lição a retirar é de que o diagnóstico/planeamento deve ser entendido como um processo gradual e contínuo, que admite fases de aprofundamento e complexificação. Assim sendo, os concelhos devem ter a preocupação de avançar com propostas concretas para a acção, envolvendo os parceiros, desde que

sintam que atingiram patamares mínimos de qualidade do diagnóstico e de consenso relativamente às prioridades de intervenção, evitando processos demasiado prolongados e morosos de elaboração dos diagnósticos e planos.

O Encontro Nacional permitiu ainda sistematizar as seguintes lições:

- a participação o mais alargada possível dos actores locais na elaboração do diagnóstico, o que remete para a necessidade do alargamento dos prazos estabelecidos pelo IDS para a entrega dos documentos previstos;
- a necessidade de uma eficaz articulação dos diversos instrumentos de planeamento existentes e/ou em curso, nomeadamente, entre o Plano Director Municipal e o plano de desenvolvimento social;
- a necessidade de uma melhor articulação interministerial de forma a favorecer a sustentabilidade da Rede Social, nomeadamente pós QCA III, e a permitir, por exemplo, uma harmonização de indicadores e o acesso à informação por parte dos CLAS;
- a necessidade de um sistema de informação de fácil leitura e compreensão, disponível a toda a população.

## 4. DINAMIZAÇÃO DO PROGRAMA PILOTO DA REDE SOCIAL

Com o objectivo de dinamizar o Programa Piloto da Rede Social, o IDS formou uma equipa multidisciplinar, designada Núcleo da Rede Social (NRS), composta por 5 técnicos das áreas do serviço social, sociologia e economia. O NRS desenvolveu, no período a que se refere este relatório, as actividades que a seguir se apresentam e que podem ser incorporadas em 2 grandes vertentes:

- Actividades inerentes ao processo de condução do Programa da Rede Social, traduzidas no apoio directo aos concelhos piloto;
- Actividades decorrentes da articulação com a Comissão de Acompanhamento do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, traduzidas na colaboração regular com esta estrutura de parceria de âmbito nacional.

Para além da divulgação e implementação do Programa da Rede Social a nível nacional, o NRS tem como metas acompanhar e avaliar os projectos piloto, criar um sistema de informação nacional em articulação com os sistemas locais e preparar uma proposta de regulamentação da RCM.

### 4.1 Apoio aos projectos piloto da Rede Social

Considerando o carácter inovador da Rede Social e o grau de exigência das metas pedidas aos concelhos piloto no âmbito da implementação do programa, o IDS assumiu que o NRS deveria, na medida das suas capacidades e possibilidades, garantir um acompanhamento técnico muito próximo aos concelhos.

De acordo com este pressuposto, o NRS definiu uma metodologia para a dinamização do programa piloto cruzando as acções de informação e divulgação da Rede Social com apoio técnico aos concelhos, centrado fundamentalmente no apoio à construção da parceria local e na apropriação da metodologia de planeamento integrado, a par com a realização de acções visando a formação e qualificação dos actores locais.

A concretização prática desta metodologia alicerçou-se nas seguintes orientações estratégicas:

- apoiar e incentivar os processos experimentais locais, tendo em conta a

importância da flexibilidade na construção do modelo da Rede Social. Nesta perspectiva, compete aos técnicos do Núcleo da Rede Social acompanhar e monitorizar esses processos procurando, no entanto, garantir que são observados os princípios e os objectivos definidos na RCM 197/97 e no documento sobre o programa piloto;

- privilegiar a sistematização e divulgação das boas práticas e a troca de experiências entre os concelhos piloto, através da organização de seminários e encontros, planificação de momentos de debate entre os concelhos, divulgação de publicações e artigos de revista, etc.;
- apostar no desenvolvimento de acções de formação e qualificação dos agentes com actividade no âmbito da Rede Social, com conteúdos definidos a partir dos objectivos do programa e das necessidades identificadas a nível local.

### 4.1.1 Actividades preparatórias da implementação da Rede Social

#### Critérios de selecção dos concelhos piloto

No âmbito da preparação do programa piloto, o NRS definiu os critérios de selecção dos concelhos que deveriam protagonizar a experiência piloto.

Para o primeiro ano de implementação do programa foram seleccionados 41 concelhos. Esta selecção assentou na preocupação de assegurar à partida condições de sucesso, em termos da sua execução, que permitisse uma transferibilidade de experiências para a fase de alargamento do programa.

O critério de selecção baseou-se na construção de um índice composto que resultou da combinação de quatro índices, nomeadamente, desenvolvimento de projectos e programas no concelho, existência de parceria instalada, iniciativa autárquica neste tipo de projectos, e iniciativa de adesão à Rede Social. Utilizou-se ainda, uma variável de estrutura (dimensão concelhia segundo a população residente) com o objectivo de assegurar uma distribuição equitativa entre concelhos de pequena (até 20 000 habitantes), média (entre 20 000 e 50 000 habitantes) e grande (mais de 50 000 habitantes) dimensão.

Da análise deste processo, concluiu-se que o principal critério de selecção para a fase de alargamento deverá ser o interesse demonstrado pelos parceiros locais em aderirem ao programa, já que este interesse é garante de uma maior dinamização local do processo de constituição da parceria.

### Sessão pública de apresentação do Programa

Apresentação do Programa por Sua Excelência o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade, em sessão pública, na qual estiveram presentes os presidentes de câmara dos concelhos do território continental.

### Divulgação da Rede Social junto dos parceiros

Divulgação da Rede Social, através do envio de cerca de 6 000 brochuras aos vários actores que intervêm nesta área, e participação de elementos da equipa do NRS em conferências, seminários, e encontros de diversa índole, apresentando comunicações sobre a Rede Social.

### Reuniões de preparação do lançamento do Programa

Realização de um conjunto de reuniões com os Centros Regionais de Segurança Social e com os respectivos Serviços Sub Regionais, para fornecer informações sobre o Programa e, em conjunto, definir as estratégias mais adequadas para a abordagem aos respectivos concelhos piloto.

### Sessões de Informação nos concelhos piloto

Foram realizadas sessões de informação locais, com 57 sessões contabilizadas desde Novembro de 1999 a Março de 2001, nas quais foi distribuído o dossier “Documentos de Apoio aos Projectos Piloto”. Estas sessões incluíram os 41 concelhos piloto e também outros concelhos que, não fazendo parte do programa, as solicitaram ao IDS.

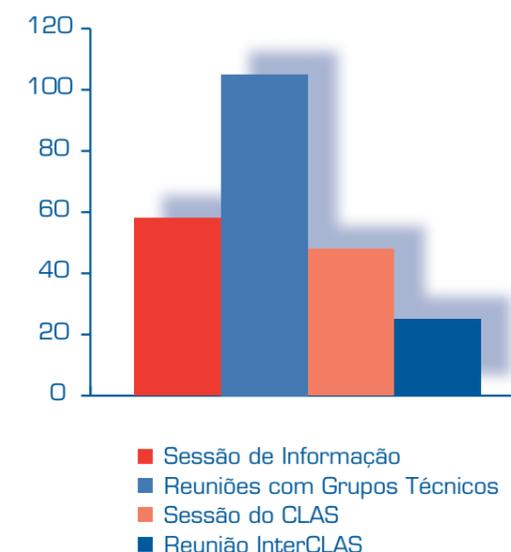
As sessões em concelhos que não foram seleccionados como piloto, tiveram um impacto muito positivo, com a dinamização das parcerias locais, resultando mesmo, em alguns casos, na constituição formal de CLAS.

### 4.1.2 Apoio Técnico aos Conselhos Locais de Acção Social e Comissões Sociais de Freguesia

O acompanhamento técnico feito pelo NRS aos concelhos piloto concretizou-se através da elaboração e divulgação de instrumentos técnicos de suporte e da realização de reuniões de trabalho para informação e apoio técnico que acompanharam as diferentes etapas do processo de implementação ou consolidação da Rede Social.

O apoio técnico realizado pelo NRS aos 41 concelhos abrangidos pelo programa, foi efectuado através da realização de sessões de informação, reuniões de trabalho com grupos técnicos dos CLAS e participação em sessões dos CLAS e em reuniões InterCLAS, conforme o gráfico que se segue.

**GRÁFICO 3. Indicadores de Acompanhamento Técnico aos concelhos Portugal Continental**



O NRS, considerando o carácter experimental do programa, procurou dar um apoio técnico muito próximo a todos os concelhos piloto, entendido como um apoio de retaguarda aos técnicos dos núcleos executivos e dos grupos de trabalho constituídos. Com este apoio pretendeu-se garantir a observância dos princípios e metodologia do programa e facilitar/apoiar a execução das tarefas decorrentes dos objectivos definidos.

Por outro lado, tendo em conta a heterogeneidade dos concelhos, procurou-se implementar reuniões com os técnicos e dirigentes de CLAS com características semelhantes, como forma de facilitar a troca de experiências e a divulgação de boas práticas, bem como a circulação de informações e documentos de alguns CLAS por todos os concelhos piloto.

### Preparação, publicação e distribuição aos CLAS de documentos de apoio

Uma das formas mais importantes de apoio técnico aos concelhos piloto consistiu na elaboração de documentos de apoio à implementação da Rede Social, nomeadamente: Folheto do Programa da Rede Social, Programa da Rede Social, Linhas Orientadoras para o Regulamento Interno, Plano de Trabalho, Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social.

Neste âmbito inclui-se também a divulgação de outras publicações e de bibliografia sobre as temáticas que dizem directamente respeito ao planeamento estratégico de base territorial, e à dinamização de parcerias.

#### 4.1.3 Acções de formação e qualificação

O NRS dinamizou cinco acções de formação para Agentes de Desenvolvimento Social, com a duração de 30 horas cada, abrangendo 114 técnicos e dirigentes dos CLAS designada “*Desenvolvimento Social e Planificação Estratégica Territorial*”, conforme o quadro seguinte.

**QUADRO 2. Concelhos e Formandos por Acção de Formação**

Acções de Formação (Local)	Nº de Concelhos	Nº de Formandos
1. Matosinhos	8	21
2. Aveiro	7	23
3. Figueira da Foz	8	21
4. Almada	8	25
5. Beja	7	24
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>114</b>

Tendo por base a avaliação das necessidades de formação dos técnicos destacados para trabalhar no âmbito do Programa da Rede Social esta acção de formação teve dois grandes objectivos:

- melhorar a formação teórica e prática dos técnicos dos CLAS nas áreas referidas;
- facilitar a realização dos diagnósticos e dos planos de desenvolvimento social locais.

Os conteúdos programáticos foram planeados para que no final desta formação os formandos estivessem habilitados a:

- identificar algumas metodologias de diagnóstico aplicadas à unidade territorial;
- utilizar a metodologia de projecto e construir projectos de intervenção social;
- distinguir objectivos estratégicos de objectivos operacionais;
- avaliar as acções contempladas nos planos de desenvolvimento social.

Da análise dos dados do quadro 2 sobressai uma forte adesão dos concelhos piloto a esta acção de formação, com a participação de 38 concelhos piloto (93%) nas 5 acções, com uma média de 8 concelhos e 23 formandos por acção, e ainda uma média de 3 participantes por concelho.

A avaliação final desta acção, realizada pelos formandos, foi muito positiva, tendo sido considerada fundamental para o processo de implementação do Programa

da Rede Social. Foram referidos ainda como aspectos fortes a qualidade dos conteúdos programáticos e dos formadores.

A necessidade de se alargar esta formação a todos os elementos dos grupos técnicos, ou seja, dos grupos dos CLAS mais directamente envolvidos na realização do diagnóstico social e do plano de desenvolvimento social, foi transversal a todos os participantes das 5 acções.

Sobressaiu igualmente, em todas as acções de formação, a necessidade desta formação, futuramente, ser alargada a dirigentes locais. Por último, identificaram-se outras necessidades de formação, nomeadamente a nível de:

- dinamização de parcerias;
- gestão do tempo;
- liderança;
- negociação de conflitos.

### Formação dos Técnicos do Núcleo da Rede Social \*

A formação dos técnicos do NRS realizou-se através da participação de todos os técnicos (7) na acção de formação “Desenvolvimento Social e Planificação Estratégica Territorial” e no “1.º Encontro Nacional do Programa da Rede Social”; participação de um técnico numa formação na área da informática (SPSS); participação e intervenção em Encontros, Congressos e Seminários; visita à Irlanda de dois técnicos para conhecimento da experiência irlandesa de partenariado, National Anti-Poverty Strategy (NAPS), e do funcionamento da Combat Poverty Agency.

O NRS beneficiou de um apoio de consultadoria, a cargo da Dr.ª Isabel Guerra e do Dr. José Manuel Henriques, estruturada em torno das seguintes actividades:

- análise de documentos e instrumentos produzidos pelo NRS;
- orientações metodológicas para a implementação do programa;
- análise de documentos produzidos pelos CLAS.

\* Para análise mais aprofundada, ver anexo referente ao Relatório Final de Avaliação da Acção de Formação 2000 para Técnicos dos CLAS - “Desenvolvimento Social e Planificação Estratégica Territorial”.

### 4.1.4 Organização do 1.º Encontro Nacional da Rede Social\*\*

O 1.º Encontro Nacional da Rede Social, realizado no dia 7 de Novembro de 2000 no Estoril, teve como objectivos principais informar, formar e avaliar o processo de implementação da Rede Social, através da troca de experiências e do aprofundamento de conceitos e metodologias de trabalho. Este encontro possibilitou uma reflexão conjunta entre representantes dos CLAS, o NRS e dirigentes e especialistas convidados sobre a experiência piloto e, nessa medida, constituiu um importante momento de avaliação do programa.

A organização do 1.º Encontro implicou dois momentos chave: um período da manhã com uma sessão de abertura e 4 Workshops simultâneos, e um período da tarde com uma sessão plenária e uma sessão de encerramento.

A discussão nos Workshops baseou-se, em cada um deles, na apresentação por dois CLAS das suas experiências relativas à temática abrangida:

- W1** - *Elaboração de diagnósticos territoriais e a construção de sistemas de informação;*
- W2** - *O funcionamento em rede – princípios e formas organizativas;*
- W3** - *O modelo de articulação/cooperação entre as diferentes parcerias;*
- W4** - *A importância da planificação de base territorial nos processos de desenvolvimento social local.*

Os 4 Workshops constituíram-se como espaços de partilha das experiências das pessoas e organizações relativamente aos constrangimentos e virtualidades inerentes ao processo de implementação da Rede Social.

Os workshops contaram com um total de 162 participantes, dos quais 135 em representação dos CLAS dos concelhos piloto. Estes últimos distribuíram-se por região, da seguinte forma:

\*\* Para análise mais aprofundada, ver anexo referente ao Relatório de Avaliação do 1.º Encontro Nacional da Rede Social para o Desenvolvimento.

**QUADRO 3. Distribuição por Região dos Participantes dos CLAS**

Região	N.º de participantes	%
Norte	37	27
Centro	26	19
Lisboa e Vale do Tejo	43	32
Alentejo e Algarve	29	22
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>100</b>

Os dados evidenciados pelo quadro 3 revelam-nos que foi a região de Lisboa e Vale do Tejo que teve maior participação no 1º Encontro com 43 pessoas (32%), seguindo-se a região Norte com 37 participantes, as regiões do Alentejo e Algarve com 29 elementos, e por último a região Centro com 26 pessoas.

A sessão Plenária, onde estiveram presentes cerca de 340 pessoas, foi destinada à apresentação, pelos Relatores, das conclusões obtidas nos 4 Workshops, assim como a um debate aprofundado das mesmas, facilitado pela intervenção de Jordi Estivill, Professor de Política Social da Escuela Universitaria de Trabajo Social de Barcelona, director do Gabinet d'Estudis Socials.

Para uma percepção mais objectiva da opinião dos participantes relativamente a este *1º Encontro Nacional da Rede Social*, optou-se por avaliar, através de um questionário, dimensões que se consideraram relevantes para a organização de futuros encontros.

Os resultados obtidos permitem-nos também afirmar que este *1º Encontro* serviu para combater o isolamento entre os técnicos e dirigentes mais directamente envolvidos no diagnóstico e plano de desenvolvimento social e criar um sentimento de unidade no combate à pobreza e exclusão social.

Emergiu ainda, a necessidade de discussão e maior aprofundamento sobre o estabelecimento de parcerias, modelos organizativos, e formação de técnicos e dirigentes e de futuros *Encontros de Trabalho* a nível regional e nacional, para aprofundamento de novas temáticas que possam facilitar o processo de consolidação do Programa da Rede Social, assim como o seu futuro alargamento.

Das sugestões para futuros Encontros emergiram três grandes categorias, a serem reflectidas na preparação de outros eventos desta natureza, designadamente:

- metodologias mais activas;
- debates com mais duração;
- aprofundamento temático.

Também sobressaíram nas sugestões dos participantes uma “Participação mais Alargada”, “Encontros Regionais”, e “Encontros de Formação Prática”.

Por último, e como resultado dos trabalhos dos 4 Workshops e do debate da sessão plenária, foi possível definir *um conjunto de princípios orientadores* sentidos como necessários para o desenvolvimento e futura consolidação do Programa da Rede Social, que foram incorporados nas sínteses conclusivas do ponto anterior.

#### 4.2 Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social

Na medida em que o Programa Rede Social sugere a constituição de parcerias alargadas onde estão representadas as entidades particulares sem fins lucrativos, as autarquias e os diversos ministérios cuja actuação é relevante para as questões do desenvolvimento social, importa que este programa seja acompanhado a nível nacional por um organismo interministerial e interinstitucional, onde seja possível consensualizar estratégias e definir orientações que conduzam os procedimentos e formas de participação de cada parceiro a nível local.

Tendo em conta que a Comissão de Cooperação Social, prevista no nº 18 da RCM 197/97, não foi constituída e aproveitando a dinâmica criada pelo facto da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social ter aprovado o “Programa para a Implementação de Projectos Piloto no Âmbito da Rede Social”, ficou esta Comissão com funções de acompanhamento da implementação do Programa.

Desta forma a cooperação interministerial e entre instituições representantes, a nível nacional, dos diversos parceiros locais, realizou-se através da articulação

existente entre o IDS e o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, decorrendo a dois níveis distintos. Por um lado através da sua Comissão de Acompanhamento e Avaliação, por outro lado recorrendo ao Grupo de Trabalho para a Rede Social.

Este Grupo de Trabalho foi sugerido no decorrer do programa piloto, com o objectivo de promover um espaço de cooperação interinstitucional vocacionado para a reflexão e decisão sobre questões com um carácter operativo, tendo sido criado na sequência da proposta elaborada pelo IDS, e aprovada por Sua Excelência o Secretário de Estado adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade em Março de 2000.

Entre os diversos parceiros que compõem o Grupo de Trabalho, cuja composição replica a própria estrutura do Pacto, foram consensualizados os seguintes objectivos:

- apoiar a realização do diagnóstico social, através da colaboração na montagem do sistema de informação;
- colaborar na elaboração de um instrumento de apoio aos planos de desenvolvimento social locais;
- dinamizar acções visando a articulação e integração das parcerias locais e a articulação entre os níveis central e local;
- colaborar na elaboração de propostas para a regulamentação da RCM 197/97.

É de salientar que o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho foi extremamente participado e produtivo, em particular no conjunto de sessões que se realizaram especificamente para a elaboração da proposta de regulamentação da RCM 197/97.

A articulação estabelecida com a Comissão de Acompanhamento tem sido realizada em torno de quatro dimensões fundamentais:

- disponibilizar os pontos de situação regulares, relativos ao processo de implementação e consolidação do programa;
- agilizar os processos de nomeação dos representantes de cada ministério a nível concelhio;

- definição de estratégias na evolução da implementação nacional do programa;
- negociação e definição do papel desempenhado pelas entidades que representam, a nível nacional, os parceiros concelhios.

Pelos resultados alcançados no decorrer do programa piloto, conclui-se que a existência de uma estrutura de âmbito nacional que propicie a cooperação entre ministérios, autarquias e os diversos tipos de entidades particulares sem fins lucrativos, é fundamental, pois permite consensualizar e apoiar politicamente algumas opções estratégicas e agilizar medidas e procedimentos que envolvem entidades de âmbito nacional e outras que delas dependem.

### **Síntese conclusiva e principais lições da dinamização do programa**

A opção de garantir um acompanhamento tão regular e intenso quanto possível aos concelhos piloto veio responder às necessidades criadas pelos ambiciosos objectivos do programa piloto.

Os resultados obtidos pelos concelhos, referidos no capítulo anterior, também reflectem a correcção das opções estratégicas assumidas na dinamização do programa. A flexibilidade na condução do programa e a atenção às especificidades e ritmos de trabalho locais, revelaram-se úteis. Assim, estão agora reunidas as condições necessárias para centrar esforços na dinamização das CSF e no aperfeiçoamento dos diagnósticos e consequente definição de prioridades e orientações estratégicas fundamentadas para a intervenção social. Estas constituem, aliás, as duas orientações fulcrais que o IDS transmitiu aos concelhos piloto para o segundo ano de implementação da Rede Social.

A experiência do programa piloto mostrou a importância da formação específica para os técnicos e dirigentes envolvidos na Rede Social e da criação de momentos organizados de troca de experiências entre os diferentes concelhos.

Importa referir que, apesar dos esforços realizados, a divulgação do programa

para o exterior foi insuficiente. As acções de sensibilização concentraram-se nos concelhos piloto, o que limitou a afirmação do programa e das suas potencialidades no todo nacional.

Assim, uma das lições a retirar para o futuro é a de que uma maior divulgação dos objectivos do programa em todos os concelhos do país e junto de grupos específicos de técnicos e de dirigentes de entidades que deverão ter responsabilidades na Rede Social poderá contribuir para uma implantação da Rede Social mais rápida e consolidada.

Por outro lado, a importância do apoio técnico aos concelhos na fase de arranque da Rede Social, contribuindo para que o planeamento participado e a colaboração sistemática com os outros parceiros sejam incorporados nos processos de trabalho das entidades locais, aconselha a que o alargamento da Rede Social a todo o território do continente seja faseado.

Tendencialmente, à medida que o número de concelhos que aderem à Rede vá aumentando, o apoio do NRS aos concelhos deverá incidir cada vez mais na monitorização e avaliação do programa, na organização da troca de experiências entre os concelhos, na difusão de boas práticas e na realização de acções de formação específicas para os agentes que trabalham na Rede Social. A este respeito, é muito importante continuar a investir na formação e informação dos técnicos do NRS, bem como desenvolver acções de formação para dirigentes e técnicos com funções dirigentes das entidades particulares sem fins lucrativos, utilizando formas de organização e metodologias adequadas às suas características e disponibilidades.

## 5. Análise do Programa Piloto da Rede Social

A Rede Social tem como finalidade combater a pobreza e a exclusão social numa perspectiva da promoção do desenvolvimento social. Tendo em conta esta finalidade, o programa piloto foi concebido como um instrumento de racionalização da intervenção social, assente numa cooperação sistemática entre as entidades públicas e privadas que actuam nos mesmos territórios, no planeamento conjunto das intervenções e na articulação das respostas.

Como pressupostos da dinâmica de racionalização da intervenção social desejada, o desenho do programa incorpora algumas das tendências mais positivas que têm marcado a evolução das políticas sociais nos países da União Europeia, designadamente:

- a descentralização dos programas, medidas e acções de combate à pobreza e exclusão social;
- a promoção de intervenções integradas, de âmbito territorial, visando complementar as tradicionais lógicas de intervenção sectorializadas;
- o envolvimento de diversos agentes locais, com particular destaque para as autarquias locais nos processos tendentes à inclusão das populações vulneráveis e excluídas e ao desenvolvimento social;
- a progressiva articulação da intervenção social com as dinâmicas de desenvolvimento económico e ambiental, na perspectiva do desenvolvimento local.

São estes pressupostos que conferem ao programa importância estratégica e uma vocação transformadora, ao mesmo tempo que o tornam um programa ambicioso cuja execução se reveste de alguma complexidade.

A análise da experiência piloto permite-nos concluir que, pesem as naturais diferenças de ritmo entre os concelhos, existem condições para implementar a Rede Social no país. Conforme se pode verificar (terceiro capítulo), uma percentagem muito significativa dos concelhos piloto atingiu os objectivos e as metas propostas, tendo a realização global do programa excedido as expectativas.

Decorrente da necessidade cada vez maior de se abordarem os problemas locais de uma forma integrada e multidimensional, o planeamento estratégico e o trabalho em rede surgem, inevitavelmente, para o local, como metodologias de intervenção a adoptar. Nesta lógica, a implementação do Programa da Rede Social

nos concelhos responde a uma necessidade há muito sentida por técnicos e instituições.

Contudo, importa referir que o espaço de um ano previsto para a experiência piloto é escasso, considerando o carácter inovador do modelo e metodologia propostos bem como o tipo de metas sugeridas aos concelhos.

### Riscos e potencialidades do Programa Rede Social

A análise do ano piloto permite ainda retirar algumas indicações importantes sobre os principais riscos e potencialidades do programa, reflexão indispensável para garantir o sucesso na fase de generalização da Rede Social.

O principal risco é inerente às naturais dificuldades e constrangimentos verificadas na implementação do programa piloto. Consiste na possível tendência para reduzir a perspectiva de desenvolvimento social subjacente ao Programa Rede Social à ideia de constituir uma rede de entidades que gerem equipamentos sociais, colando o programa a uma perspectiva limitada de acção social tradicional. A adopção desta visão restritiva conduziria ao esvaziamento do programa, na medida em que ignora a perspectiva de desenvolvimento social contida na RCM nº197/97 e os pressupostos inovadores das políticas sociais incorporados no desenho do programa e referidos no início deste capítulo.

Outros riscos potenciais são:

- as possíveis tentativas de influenciar os diagnósticos ou a definição de prioridades nos planos de desenvolvimento social em função da afirmação de protagonismos pessoais ou institucionais e em detrimento da resolução dos principais problemas existentes;
- o risco da Rede Social se transformar numa mera estrutura de planeamento cujas decisões e pareceres não são viabilizados ou não têm consequências práticas, conduzindo à desmobilização dos parceiros. Alguns parceiros locais queixaram-se de que não há garantias suficientes de que as candidaturas que emergem dos planos de desenvolvimento social sejam efectivamente priorizadas.

As potencialidades do programa reflectem-se nos planos local e nacional. Assim, no plano local o Programa Rede Social pode contribuir para alterar formas de pensar e de trabalhar os problemas da pobreza e da exclusão e para melhorar significativamente as respostas sociais nos concelhos e freguesias.

Esta possibilidade decorre da adopção do planeamento estratégico, da implementação de uma cultura assente na cooperação e procura de complementaridades, em vez de concorrência entre os parceiros, e da progressiva articulação das acções protagonizadas por estes. Terá como consequências previsíveis uma maior eficiência das intervenções do conjunto dos parceiros, uma cobertura mais equilibrada em equipamentos sociais e um apoio mais eficaz às famílias vulneráveis e a sinalização e eventual encaminhamento de casos a descoberto na área da acção social.

As potencialidades do programa não se limitam ao plano local, podendo ter incidência nas relações entre os níveis de decisão nacional e local. Assim, ao promover a adopção de instrumentos de planeamento territorial da intervenção social, o programa pode contribuir decisivamente para que:

- os planos de desenvolvimento social constituam instrumentos que promovam a adequação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) e das políticas e medidas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais;
- a produção de diagnósticos sociais locais, permita um conhecimento mais aprofundado das situações de pobreza e exclusão e contribua para o enriquecimento de futuros PNAI.

### Considerações prospectivas

Decorrendo da experiência piloto, emergem algumas tendências de evolução que consideramos importantes para a consolidação futura do Programa Rede Social.

O desenvolvimento da experiência piloto mostrou que o programa tem implicações profundas na cultura e nas práticas das entidades públicas e privadas que a ele aderem. Nessa perspectiva, cria fundadas expectativas em muitos técnicos e dirigentes locais, mas também suscita algumas incompreensões e até resis-

tências. Decorre deste facto, que se afigura importante para o futuro da Rede Social quer a sua mais intensa divulgação quer um compromisso político efectivo que consubstancie a sua afirmação no plano nacional.

Em muitos concelhos piloto verificaram-se significativos avanços no que diz respeito ao envolvimento de parceiros que habitualmente não se sentiam motivados para o apoio à resolução de problemas sociais, a um forte empenho das autarquias assumindo responsabilidades decisivas no processo de construção da Rede Social e a uma cooperação sistemática entre parceiros. Torna-se necessário no futuro clarificar as regras do jogo e garantir ao programa maior identidade no quadro dos princípios da Rede, através da regulamentação da RCM nº197/97, para precaver possíveis tentativas de instrumentalização e garantir que esta constitua uma verdadeira instância colectiva de decisão cujos membros, sem abdicar da sua autonomia, procuram consensualizar objectivos e estratégias de intervenção.

Um dos aspectos mais inovadores da Rede Social, verificou-se com a presença, nalguns concelhos, de representantes do sector económico no CLAS. De facto, a importância da presença deste sector ao nível do planeamento estratégico de base territorial é defendida por vários CLAS como factor crucial para a sustentabilidade deste tipo de processos. Podemos afirmar que esta tendência será crescente, acompanhando as necessidades que surgem na elaboração do diagnóstico e do plano de desenvolvimento social. Nesse sentido, deve ser ponderada a abertura das estruturas da Rede Social a entidades com fins lucrativos.

Outro dos factores que pode influenciar o futuro do Programa é a existência de uma candidatura do IDS à Tipologia de Projecto Rede Social para o Desenvolvimento, do Eixo 5 do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (QCA III), cujo calendário de execução é de 2000 a 2006 inclusive.

Esta Tipologia de Projecto apoia-se em duas acções-tipo, designadamente:

- dinamização e consolidação de parcerias locais;
- formação e qualificação de agentes de desenvolvimento social.

A aprovação pela gestão do POEFDS de um Contrato Programa apresentado pelo IDS permite a este dar um pequeno apoio financeiro aos concelhos que irão implementar a Rede Social localmente, incidindo na possibilidade de realização sistemática de acções de formação, apoio técnico e de divulgação do programa. O acesso a este financiamento poderá ajudar a resolver algumas das dificuldades dos concelhos com menos recursos e que, nomeadamente são os mais pequenos ou os que ainda não têm capacidade técnica.

Nos concelhos piloto as autarquias têm desempenhado um papel fulcral no planeamento estratégico do desenvolvimento social e estão a ter um papel cada vez mais reforçado a nível da intervenção social. Nesta perspectiva nalguns concelhos começou-se já a considerar a possibilidade de articulação do plano de desenvolvimento social no Plano Director Municipal (PDM), permitindo uma visão integrada de desenvolvimento do concelho. Esta tendência coloca na ordem do dia a necessidade de perspectivar esta articulação entre formas de planeamento com âmbitos diversos nos planos concelhio, regional e nacional.

Por último, em muitos CLAS tem-se defendido a necessidade de implicar as populações, particularmente as mais vulneráveis e excluídas, nas acções que visam a melhoria da sua situação social. Constatou-se no entanto que poucos avanços se têm verificado neste sentido. Tendo em conta a filosofia e objectivos da Rede Social afigura-se decisivo para a concretização dos seus objectivos que as entidades que nela participam incentivem a participação de grupos representativos das populações nas estruturas da Rede e nos projectos e acções decorrentes dos planos de desenvolvimento social.

# anexos

## **anexo 1**

Mapa da Distribuição dos Concelhos Piloto ..... 59

## **anexo 2**

Quadros Estatísticos da Execução do Programa ..... 62

## **anexo 3**

Lista de Documentos Produzidos ..... 71

## **anexo 4**

Relatório Final de Avaliação da Acção de Formação  
2000 para Técnicos dos CLAS - “Desenvolvimento  
Social e Planificação Estratégica Territorial” ..... 74

## **anexo 5**

Relatório de Avaliação do 1º Encontro Nacional  
da Rede Social para o Desenvolvimento ..... 86

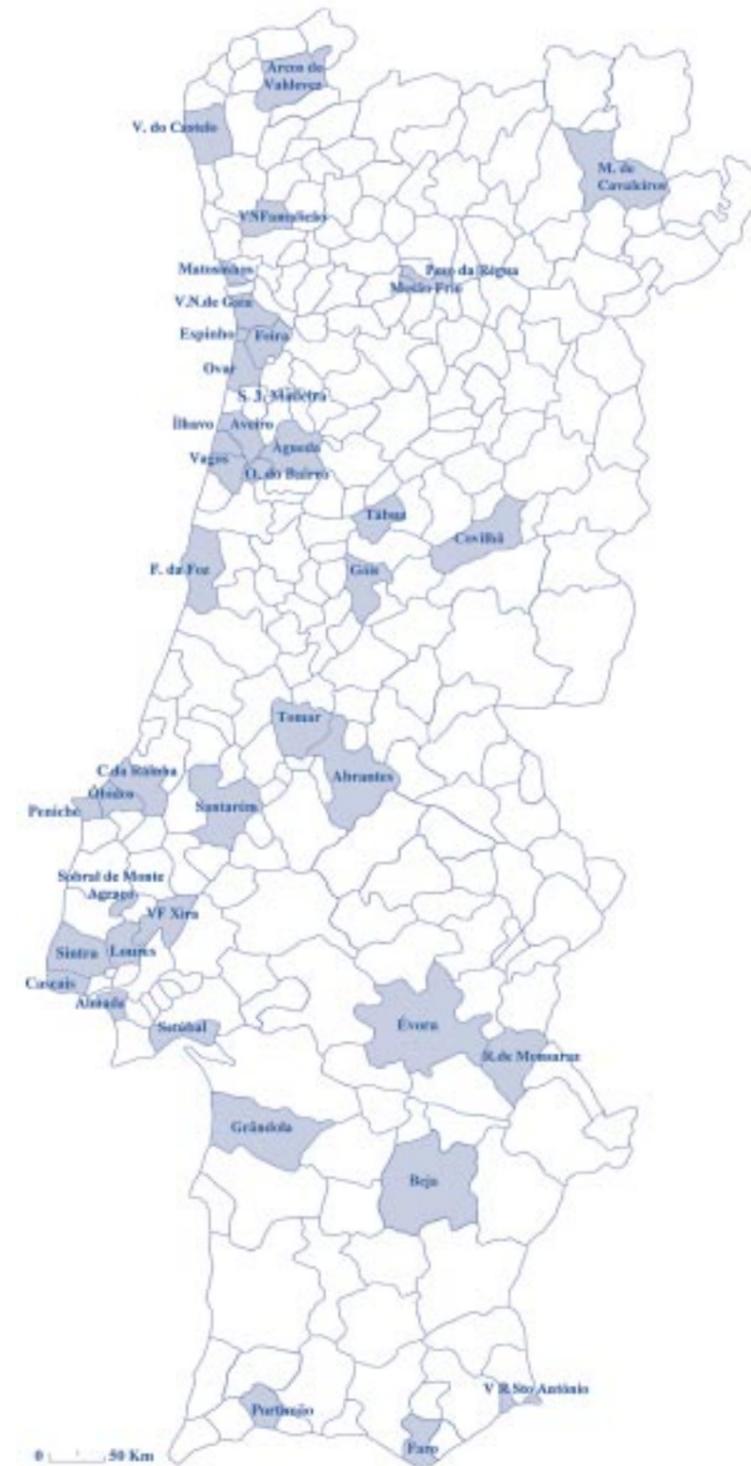
## **anexo 6**

Plano de Alargamento ..... 98

# anexo 1

Mapa da Distribuição dos Concelhos Piloto

Mapa da Distribuição dos Concelhos Piloto



# anexo 2

Quadros Estatísticos da Execução do Programa

**QUADRO 1. Concelhos Piloto: Ponto de Situação do Desenvolvimento dos Projectos Locais em 31.03.2001**

Projectos Piloto - Concelho	Constituição Formal do CLAS	Aprovação do Regulamento Interno	Composição do CLAS						Composição do Núcleo Executivo					Estrutura Organizativa				
			Serviços Públicos	Autarquias <sup>(1)</sup>	IPSS	Misericórdias	Outras <sup>(10)</sup>		Serviços Públicos	Autarquias <sup>(1)</sup>	IPSS	Misericórdias	Outras <sup>(10)</sup>	Plenário ou Conselho <sup>(5)</sup>	Núcleo Coordenador <sup>(6)</sup>	Núcleo Executivo <sup>(7)</sup>	Comissões Especializadas (temáticas ou territoriais) <sup>(8)</sup>	Núcleo de Apoio Técnico <sup>(9)</sup>
Abrantes	X	X	6	10	7	1	6		1	1	0	0	0	X	X	X		X
Águeda	X	X	8	9	15	1	9		4	2	1	0	0	X		X		
Almada																		
Arcos de Valdevez	X	X	7	1	6	1	4		4	1	0	1	0	X		X		
Aveiro <sup>(2)</sup>	X	X	9	14	20	1	3		5	1	1	1	3	X		X	X	
Beja <sup>(2)</sup>	X	X	7	10	10	1	9		1	1	1	0	3	X	X	X		
Caldas da Rainha	X	X	4	3	2	0	1		2	1	2	0	0	X		X	X	X
Cascais	X	X	12	7	6	1	12		2	2	0	0	1	X		X	X	X
Coimbra																		
Covilhã																		
Espinho	X	X	5	4	3	0	5		3	1	1	0	1	X		X	X	X
Évora <sup>(2)</sup>	X	X	8	19	9	1	6		6	1	1	0	3	X	X	X		
Faro	X	X	8	5	12	1	7		4	1	3	0	0	X		X	X	
Figueira da Foz <sup>(2)</sup>	X	X	6	13	16	2	6		5	1	1	0	1	X	X	X	X	X
Góis	X	X	2	5	3	1	0		4	1	1	0	0	X	X	X		X
Grândola	X	X	10	6	4	1	13		2	2	1	0	1	X		X	X	X
Ílhavo	X	X	5	2	3	0	0		5	1	0	1	1	X		X	X	
Loures <sup>(3)</sup>																		
Macedo de Cavaleiros	X	X	5	1	1	1	4		1	1	0	1	3	X		X		
Matosinhos	X	X	6	1	5	0	6		5	1	0	0	1	X		X		
Mesão Frio	X	X	4	8	2	1	0		3	1	0	0	0	X		X		
Óbidos	X	X	2	7	6	1	0		1	2	1	1	0	X		X	X	
Oliveira do Bairro	X	X	6	5	5	1	7		1	1	2	0	1	X		X	X	
Ovar	X	X	5	7	2	1	4		2	1	2	0	0	X		X		
Peniche	X	X	4	4	5	1	5		1	1	1	0	1	X	X	X	X	
Peso da Régua	X	X	4	6	2	1	1		3	2	0	0	0	X		X		
Portimão	X	X	5	2	4	2	3		5	1	1	1	0	X		X	X	
Reguengos de Monsaraz	X	X	9	6	3	1	13		4	6	1	1	0	X		X		X
Santa Maria da Feira <sup>(4)</sup>																		
Santarém	X	X	8	1	7	1	7		1	1	0	1	0	X		X		
Setúbal	X	X	5	4	4	0	0		2	1	2	0	0	X		X		X
Sintra	X	X	6	17	4	0	4		5	1	1	0	0	X		X	X	
Sobral Monte Agraço	X	X	5	4	4	1	6		1	1	0	1	2	X		X	X	
Tábua	X	X	5	16	5	1	8		3	1	3	1	1	X		X	X	
Tomar																		
Vagos	X	X	6	5	8	1	2		4	2	1	0	0	X		X	X	
Viana do Castelo	X	X	5	1	2	0	0		1	1	1	0	0	X		X		
Vila Franca de Xira	X	X	3	6	2	0	1		3	1	1	0	0	X		X	X	X
Vila Nova de Famalicão	X	X	10	1	0	0	1		5	1	1	0	0	X		X		
Vila Nova de Gaia	X	X	7	14	3	1	3		3	1	0	1	0	X		X		
Vila Real de Santo António	X	X	6	4	4	1	7		4	1	1	1	0	X		X	X	
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>213</b>	<b>228</b>	<b>194</b>	<b>28</b>	<b>163</b>		<b>106</b>	<b>46</b>	<b>32</b>	<b>12</b>	<b>23</b>	<b>34</b>	<b>6</b>	<b>27</b>	<b>19</b>	<b>16</b>

<sup>(1)</sup> Inclui Câmara Municipal e Juntas de Freguesia

<sup>(2)</sup> Nos outros estão incluídos representantes das Comissões Sociais de Freguesia

<sup>(3)</sup> O processo em Loures encontra-se atrasado, no entanto estão a preparar a constituição do CLAS e a elaboração de um relatório de actividades

<sup>(4)</sup> O processo de constituição do CLAS está atrasado, no entanto foi já iniciado o processo de dinamização de parceiros para a constituição das Comissões Sociais de Freguesia

<sup>(5)</sup> Órgão plenário onde estão presentes todos os parceiros que compõem o CLAS

<sup>(6)</sup> Órgão composto por um n.º restrito parceiros, constituído com vista à coordenação executiva das acções necessárias aos objectivos definidos pelo plenário

<sup>(7)</sup> Órgão composto por um n.º restrito parceiros, constituído com vista à realização das acções de carácter técnico

<sup>(8)</sup> Órgãos criados para desenvolverem acções no âmbito de determinada problemática ou área territorial específicas

<sup>(9)</sup> Conjunto de técnicos contratados propositadamente para apoiarem os parceiros na prossecução dos objectivos da Rede Social

<sup>(10)</sup> Ex: Associações desportivas, empresariais, sindicais, etc.

**QUADRO 2. Concelhos Piloto: Ponto de Situação do Processo de Implementação das Comissões Sociais de Freguesia em 31.03.2001 (CSF)**

Projecto Piloto - Concelho	Nº Freguesias	Comissões Sociais de Freguesia constituídas	Freguesias abrangidas	Observações relativas à implementação das Comissões Sociais de Freguesia
Águeda	20	2 CSF e 1 CS Inter Freguesias	Águeda, Castanheira, Trofa e Lamas de Vouga	Processo realizado no início de 2000. Um é Interfreguesia e abrange 2 freguesias: Trofa e Lamas do Vouga. A CSF de Águeda funciona por núcleos, de acordo com as áreas geográficas, que depois se reúnem na CSF de Águeda.
Aveiro	14	2	Glória e São Bernardo	Estão a iniciar o processo de constituição de mais 1 CSF (Esqueira).
Beja	18			Estão a iniciar o processo de constituição de CSF, com sessões de informação nas freguesias.
Caldas da Rainha	16			Iniciado o processo com sessões de informação nas freguesias, com o objectivo de preparar a constituição das CSF.
Évora	19	5	Bacelo, Canaviais, Horta das Figueiras, Malagueira, Senhora da Saúde	Estão a iniciar o processo de constituição de mais 4 CSF.
Figueira da Foz	18	1	Lagos	O processo de constituição das CSF está a ser feito gradualmente.
Góis	5	5	Alvares, Cadafaz, Colmeal, Góis, Vila Nova do Ceira	Constituição das 5 CSF no início do ano piloto.
Matosinhos	10	6	Perafita, Lavra, Guifões, S. Mamede de Infesta, Stª Cruz do Bispo, Leça do Balio	O processo de constituição das CSF está a ser feito gradualmente.
Óbidos	9			Iniciado o processo com sessões de informação nas freguesias, com o objectivo de preparar a constituição das CSF.
Peniche	6			Iniciado o processo com sessões de informação nas freguesias, com o objectivo de preparar a constituição das CSF.
Reguengos de Monsaraz	5			Estão a iniciar o processo de constituição das CSF.
Santa Maria da Feira	31	2	S. João de Ver, Lobão	O processo de constituição das CSF está a ser feito gradualmente.
Sintra	17	17	Todas as Freguesias do Concelho	
Tábua	15			Três a serem constituídas brevemente (onde existem mais problemas sociais), Covas, Azere e Tábua.
Vila Franca de Xira	11	5 CS Inter Freguesias	Todas as Freguesias do Concelho	
V. Nova de Famalicão	49	7 CS Inter Freguesias	1 - Arnoso Stª Eulália, Arnoso Stª Maria, Jesufrei, Lemenhe, Mouquim, Nine, Sezures; 2- Cavalões, Gondifelos, Louro, Outiz; 3- Bairro, Bente, Carreira, Delães, Novais, Ruivães; 4- Joane, Mogege, Pousada de Saramagos e Vermoim; 5- Castêlões, Oliveira de Stª Maria, Oliveira de S.Mateus, Pedome e Riba de Ave; 6- Abade de Vermoim, Avidos, Ceide S.Miguel, Ceide S.Paio, Lagoa e Landim; 7- Portela, Telhado, Vale de S.Cosme, Vale de S.Martinho	O processo de constituição das CS Inter Freguesias está a ser feito gradualmente.
<b>Totais</b>		<b>53</b>		

**QUADRO 3. Concelhos Piloto: Ponto de Situação do Processo de elaboração do Pré-diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social em 31.03.2001**

Projectos Piloto - Concelho	Pré-diagnóstico						
	Concluído	Em Curso	Não iniciado	Recolha e Sistematização de informação	Metodologia Participada Grupos de Debate	Identificação de Prioridades	Versão Preliminar do PDS
Abrantes	X			X			
Águeda		X		X	X		
Almada							
Arcos de Valdevez	X			X		X	
Aveiro	X			X	X		
Beja	X			X	X	X	
Caldas da Rainha	X			X		X	
Cascais	X			X	X	X	
Coimbra							
Covilhã							
Espinho	X			X	X	X	X
Évora	X			X			
Faro		X		X	X		
Figueira da Foz		X		X	X		
Góis	X			X	X	X	
Grândola	X			X	X	X	
Ílhavo	X			X	X	X	
Loures							
Macedo de Cavaleiros	X			X	X		
Matosinhos		X		X	X		
Mesão Frio	X			X			
Óbidos		X		X		X	
Oliveira do Bairro		X		X	X		
Ovar	X			X			
Peniche	X			X	X	X	
Peso da Régua	X			X			
Portimão	X			X	X	X	
Reguengos de Monsaraz	X			X	X	X	
Santa Maria da Feira							
Santarém		X		X			
Setúbal		X		X	X	X	
Sintra		X			X		
Sobral Monte Agraço			X				
Tábua	X			X	X	X	
Tomar							
Vagos	X			X			
Viana do Castelo	X			X			
Vila Franca de Xira	X			X	X		
Vila Nova de Famalicão	X			X		X	X
Vila Nova de Gaia		X		X			
Vila Real de Santo António	X			X	X	X	X
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>33</b>	<b>21</b>	<b>16</b>	<b>3</b>

- Não implementaram com sucesso: Coimbra, Covilhã e Tomar
- Não têm CLAS constituído: Stª Maria da Feira, Loures e Almada

# anexo 3

Lista de Documentos Produzidos

## Documentos Produzidos:

- Folheto do Programa de Implementação da Rede Social
- Programa de Implementação da Rede Social (1999 / 2000)
- Linhas Gerais de Orientação para a Elaboração do Regulamento Interno
- Plano de Trabalho
- Diagnóstico Social
- Plano de Desenvolvimento Social
- Rede Social – Guia do Formando (colecção Módulos PROFISSS, Guia do Formando U.M. 61; elaborado por José Castro, Alda Gonçalves e Sofia Marques)

# anexo 4

Relatório de Avaliação da Acção de  
Formação 2000 - “Desenvolvimento Social e  
Planificação Estratégica Territorial”

## NOTA INTRODUTÓRIA

Esta acção de formação foi implementada pelo IDS em articulação com o Projecto de Formação Inicial Qualificante para a Solidariedade e Segurança Social (Profissss), tendo em conta as finalidades do Departamento de Desenvolvimento Integrado e o protocolo celebrado no âmbito do MTS e do Profissss, subscrito pelo IDS.

### 1. Objectivos da Formação

Tendo por base a avaliação das necessidades de formação dos técnicos das autarquias, serviços e entidades privadas sem fins lucrativos, destacados para trabalhar no âmbito do Programa da Rede Social, relativamente às tarefas inerentes à realização de diagnósticos e planeamento integrado de base territorial e metodologia de trabalho em projecto, essenciais para o sucesso do Programa, realizou-se esta acção de formação, subdividida em 5 acções de 24 horas cada (6h X 4 dias úteis), que decorreram no período de 25.09.00 a 26.10.00, em 5 concelhos piloto, com os seguintes objectivos gerais:

- Melhorar a formação teórica e prática dos técnicos destacados para o CLAS nas áreas referidas. A formação foi planeada de modo a que no final da acção de formação os participantes fossem capazes de:
- identificar algumas metodologias de diagnóstico aplicadas à unidade territorial;
- utilizar a metodologia de projecto e construir projectos de intervenção social;
- distinguir objectivos estratégicos de objectivos operacionais;
- avaliar as acções constantes dos planos de desenvolvimento.
- Facilitar através da formação, a realização dos diagnósticos e dos planos de desenvolvimento social locais, previstos como principais produtos da fase de execução do Programa da Rede Social.

### 2. Metodologia de Acompanhamento da Formação

As 5 acções de formação foram planeadas de modo a contemplarem sempre uma sessão de abertura e encerramento com a presença de um elemento dirigente do IDS e um do Profissss. Na sessão de abertura, esta metodologia teve como objectivos principais informar os participantes sobre os objectivos da formação, clarificar eventuais dúvidas e avaliar expectativas. A sessão de encerramento foi rentabilizada como um momento privilegiado de avaliação da formação, de modo a recolherem-se sugestões para uma melhor adequação do programa da formação às necessidades dos concelhos.

### 3. Síntese dos Principais Temas Abordados

1º Dia

- Conceito de Desenvolvimento Social;
- Rede Social como instrumento do Desenvolvimento Social;
- Modelo Social do Estado Providência, seus riscos e respostas para os ultrapassar;
- Políticas Sociais Activas;
- Operacionalização do Desenvolvimento Social através de medidas preventivas e terapêuticas;
- Crescimento económico versus crescimento social;
- Desenvolvimento Social e Planificação Estratégica Territorial;
- Concepção, Desenvolvimento e Avaliação de Projectos de Intervenção: diagnóstico, finalidades e orientações, recursos, objectivos, gestão, plano de acção, promoção/controlo de execução, realização das actividades, avaliação.

2º,3º e 4º Dias

- Matriz de enquadramento lógico: saber identificar objectivos globais e específicos, indicadores, resultados (metas), actividades a realizar, meios de verificação e pressupostos;
- Níveis de Avaliação: eficiência, eficácia e adequação;
- Articulação com a Rede Social;
- Diagnóstico Participativo: "Focus Group Discussion" – uma metodologia participativa;
- Plano Operacional;
- Análise de Risco;
- Rede de Problemas;
- Diagnóstico Territorial: metodologia S.W.O.T./F.O.F.A. (Strengths, Weakness, Opportunities, Threats / Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)
- Parcerias – O que são? Como se constroem? Suas mais valias;
- Rede Social como instrumento estruturador das parcerias;
- M.A.P.A .- Método Aplicado de Planeamento e Avaliação;
- Método da Árvore dos Problemas;
- Avaliação, critérios e indicadores de avaliação.

### 4. Materiais Pedagógicos

Foram distribuídos a todos os participantes, no final de cada acção de formação, os seguintes Guias do Formando elaborados pelo Profissss:

- Diagnóstico Social;
- Metodologia do Projecto;
- Metodologia de Avaliação de Intervenções Sociais.

Foram distribuídos ainda outros documentos, nomeadamente:

- O guia de apoio ao vídeo sobre a metodologia da Árvore de Problemas e Árvore de Objectivos;
- "Planning Focus Groups – Focus Group Kit – 2" de David L. Morgan;
- "Developing Questions for Focus Group - Focus Group Kit – 3" de Richard A. Krueger;
- "Project Cycle Management – Training Handbook" – um guia de treino realizado pela Comissão Europeia.

### 5. Caracterização dos Participantes

**QUADRO 1. Distribuição dos Participantes pelos Locais de Formação**

Locais de Formação	Número de Participantes	Percentagens
1. Matosinhos	21	18.4
2. Aveiro	23	20.2
3. Figueira da Foz	21	18.4
4. Almada	25	21.9
5. Beja	24	21.1
<b>Totais</b>	<b>114</b>	<b>100</b>

A participação nas 5 acções de formação foi caracterizada por uma forte adesão dos 41 concelhos piloto, à excepção de 3 concelhos, Covilhã, Mesão Frio e Sobral de Monte Agraço, que não puderam comparecer. Assim, dos 41 concelhos estiveram presentes 38, com um total de 114 participantes, número este que incluiu 9 elementos do IDS e 2 da Câmara de Lisboa. A média de participantes por acção de formação foi de 23 elementos.

**QUADRO 2. Concelhos e Formandos por Acção de Formação**

Acções de Formação	Número de Concelhos	Número de Formandos**	Média de Formandos por Concelho participante**
1. Matosinhos	8	19	2
2. Aveiro	7	21	3
3. Figueira da Foz	8	19	2
4. Almada	8	23	2
5. Beja	7	21	3
<b>Totais</b>	<b>38</b>	<b>103</b>	<b>12</b>

\*\* Excluíram-se os elementos do IDS e da CM de Lisboa

Os dados do quadro 2 revelam-nos uma participação média de 7.6 concelhos piloto por acção de formação, e uma média de 2 formandos por cada concelho participante. Verifica-se ainda um número de participantes aproximadamente idêntico nas 5 acções de formação com leves variações entre um mínimo de 19 participantes em Matosinhos e um máximo de 23 formandos em Almada.

**QUADRO 3. Distribuição Geral dos Participantes por Género (n=114)**

Género	Número de Participantes	Percentagens
Feminino	100	88
masculino	14	12
<b>Totais</b>	<b>114</b>	<b>100</b>

**QUADRO 4. Distribuição dos Participantes por Género e pelas 5 acções (n=114)**

Locais de Formação	Género Feminino (%)	Género masculino (%)
1. Matosinhos	76	24
2. Aveiro	87	13
3. Figueira da Foz	90	10
4. Almada	96	4
5. Beja	87	13

Os dados dos quadros 3 revelam-nos que 88% dos participantes pertenciam ao género feminino e apenas 12% ao género masculino.

Nas 5 acções realizadas verificou-se um predomínio do género feminino variável entre os 76% e os 96%, com o seu valor máximo no concelho de Almada.

**QUADRO 5. Distribuição dos Participantes por Grupos Etários (n=114)**

Grupos Etários	Número de Participantes	Percentagens
20-24	12	10.6
<b>25-29</b>	<b>28</b>	<b>24.7</b>
<b>30-34</b>	<b>24</b>	<b>21</b>
<b>35-39</b>	<b>19</b>	<b>16.7</b>
40-44	16	14
45-49	6	5.3
50-54	5	4.3
55-59	2	1.7
60-64	2	1.7
<b>Totais</b>	<b>114</b>	<b>100</b>

Através dos dados do quadro 5, verifica-se que 62.4% dos participantes distribuíram-se pelos grupos etários dos 25 aos 39 anos e dentro destes, 25% pertenciam ao grupo etário dos 25-29 anos, 21% ao grupo etário dos 30-34 anos, e 17% ao grupo etário dos 35-39 anos.

**QUADRO 6. Distribuição dos Participantes por Instituições**

Entidades	Número de Participantes	Percentagens
<b>Sector Público</b>		
<b>Autarquias</b>	<b>54</b>	<b>47.4</b>
CLA	1	0.9
Educação	5	4.4
Saúde	5	4.4
Segurança Social	22	19.3
IRS	1	0.9
IDS	9	7.9
<b>Sector Privado/Não Lucrativo</b>		
Associações	7	6.1
Misericórdias	6	5.2
Fundações	1	0.9
Cercis	2	1.7
Outros	1	0.9
<b>Totais</b>	<b>114</b>	<b>100</b>

**QUADRO 7. Distribuição dos Participantes pelos Sectores Público e Privado**

Sectores	Número de Participantes	Percentagens
<b>Público</b>	<b>97</b>	<b>85</b>
Privado	17	15
<b>Totais</b>	<b>114</b>	<b>100</b>

De um modo geral, e pelos quadros 6 e 7 podemos constatar que 47.4% dos participantes foram provenientes das Autarquias, verificando-se um predomínio significativo do sector público (n=97) de 85% comparativamente à participação do sector privado, não lucrativo, com apenas 17 participantes (15%).

Relativamente ao sector público, verifica-se que a Segurança Social aparece, em 2º lugar a nível de participantes, mas apenas com 22 formandos (19%); as outras instituições Saúde, Educação e IRS surgem minoritariamente com valores compreendidos entre os 4% e os 0.9% no total das 5 formações.

**QUADRO 8. Distribuição dos Participantes pelos Locais de Formação e Sectores**

Locais de Formação	Sector Público N° de Participantes	Percentagens relativamente a cada acção	Sector Privado N° de Participantes	Percentagens relativamente a cada acção
1. Matosinhos	16	76	5	24
2. Aveiro	19	82.6	4	17.4
3. Figueira da Foz	20	95.2	1	4.8
4. Almada	22	88	3	12
5. Beja	20	83.3	4	16.7
<b>Totais</b>	<b>97</b>		<b>17</b>	

Os dados do quadro 8, evidenciam-nos que a distribuição dos participantes, de acordo com o sector público, foi aproximadamente idêntica nas 5 acções, verificando-se em todas elas uma maioria significativa de participantes provenientes do sector público e que variou entre um mínimo de 76%, em Matosinhos, e um máximo de 95.2% no concelho da Figueira da Foz. A análise destes dados também revela uma escassa participação do sector privado não lucrativo.

**QUADRO 9. Sectores Públicos Ausentes por Locais de Formação**

Locais de Formação	Sectores Públicos Ausentes
Matosinhos	IRS, Educação e Emprego
Aveiro	IRS e Emprego
Figueira	IRS, Saúde e Emprego
Almada	Educação e Emprego
Beja	IRS e Emprego

Os dados do quadro 9 fazem emergir a ausência do IRS em 80% das acções de formação, ou seja em 4 acções, da Educação em 40% das acções, ou seja em 2 acções e da Saúde em 20%, ou seja numa acção. O Emprego sobressai pela sua não participação em todas as 5 acções de formação.

Tendo em conta o número de concelhos por acção de formação, 7 a 8 concelhos, a análise destes dados remete-nos para um possível déficit de participação de alguns sectores públicos que se terá ficado a dever ao nº reduzido de vagas por concelho.

**QUADRO 10. Distribuição dos Participantes por Habilitações Académicas**

Habilitações Académicas	Número de Participantes	Percentagens
<b>Licenciatura em Serviço Social</b>	<b>57</b>	<b>50,0</b>
<b>Licenciatura em Sociologia</b>	<b>32</b>	<b>28,1</b>
Licenciatura em Investigação Social Aplicada	4	3,5
Licenciatura em Psicologia	3	2,6
Licenciatura em Ciências da Educação	1	0,9
Licenciatura em História	1	0,9
Licenciatura em Economia	1	0,9
Licenciatura em Arquitectura	1	0,9
Licenciatura em Medicina	2	1,8
Outros	12	10,5
<b>Totais</b>	<b>114</b>	<b>100</b>

Os dados do quadro 10 revelam-nos relativamente às habilitações académicas dos formandos, que 50% dos participantes eram técnicos superiores do Serviço Social, seguindo-se em 2º lugar os sociólogos com 24.5% de participantes. Assim, as 2 licenciaturas abrangem no seu total 85 formandos, ou seja, 74.5%. Os dados também nos revelam a presença de várias formações académicas, em número de 29 elementos, ou seja, 26.5%, portanto, com um peso pouco significativo no total das 5 acções.

**QUADRO 11. Distribuição dos Participantes pelos Locais de Formação e Habilitações Académicas**

Locais de Formação	Serviço Social	%	Sociologia	%	Outras Formações	%
Matosinhos	9	43	7	33	5	24
Aveiro	14	61	6	26.1	3	13
Figueira da Foz	9	43	8	38	4	19
Almada	14	56	6	24	5	20
Beja	11	46	6	25	7	29
<b>Totais</b>	<b>57</b>		<b>32</b>		<b>27</b>	

Os dados do quadro 11, evidenciam-nos que em 60% das acções realizadas, ou seja, em 2 acções de formação (Aveiro e Almada) mais de 50% dos participantes são técnicos do Serviço Social. Aveiro e Almada surgem como os concelhos onde os técnicos de Serviço Social constituíram a maioria dos participantes, com 14 formandos cada um, embora em percentagens diferentes, respectivamente 61% e 56%.

Nas outras três acções de formação (Matosinhos, Figueira da Foz e Beja) o número de participantes com licenciatura em Serviço Social variou entre os 43% e os 46%.

**6. Avaliações dos Formandos**

A apreciação geral dos formandos relativamente à formação foi muito positiva, sendo esta considerada muito pedagógica e importante para o processo de implementação da Rede Social. São referidos como aspectos fortes a qualidade dos formadores e dos conteúdos programáticos.

No entanto, da análise dos dados qualitativos recolhidos através das avaliações dos formandos, emergem vários pontos transversais às 5 acções, que carecem de reflexão e de possíveis aperfeiçoamentos em futuras acções de formação, recaindo em 6 grandes categorias:

**1ª Questões de Temporalidade:** nesta categoria foi referido que a formação deveria realizar-se previamente ao início do diagnóstico social; a duração da formação foi considerada insuficiente face à importância e "densidade" dos conteúdos e à necessidade sentida pelos formandos de se tratarem questões essencialmente práticas, de se aprofundarem algumas temáticas e ao facto das metodologias participativas exigirem mais treino e aprofundamento. A necessidade de continuidade desta formação também emerge transversalmente a quase todas as acções;

**2ª Constituição dos Grupos:** foi referido o número excessivo de formandos por acção, e a necessidade de alargamento aos restantes parceiros dos CLAS e das CSF; surgiu também a necessidade dos grupos integrarem não apenas técnicos mas outros parceiros da Rede;

**3ª Metodologias Utilizadas:** nesta categoria emergiu o excesso de exposição teórica face às necessidades de natureza mais prática dos formandos. A temática B foi considerada demasiado expositiva. Emergiu a necessidade de recurso a metodologias mais activas da parte dos formadores com a utilização de um maior número de exercícios práticos para aplicação dos conteúdos e conceitos dados, assim como para estimular a motivação e participação dos formandos; proporcionar espaços de apresentação de um maior número de experiências locais e de reflexão e debate sobre questões relativas ao Plano de Desenvolvimento Social;

**4ª Conteúdos Programáticos:** a maioria dos participantes referiu a necessidade de formação em áreas muito específicas e sensíveis para o processo da Rede Social, das quais se destacam:

- Estabelecimento/construção de Parcerias; neste tema poder-se-ão englobar outros referidos pelos formandos nomeadamente:
- Dinamização e condução de reuniões;
- Dinamização dos CLAS e das CSF;
- Relações de cooperação entre o sector público e o privado não lucrativo;
- Técnicas de Comunicação inter – relacional;
- Formas Inovadoras de conjugação de esforços para definição de prioridades;
- Liderança – formas de intervenção facilitadoras da articulação das parcerias;
- Gestão de Equipas de Trabalho e gestão do tempo;
- Gestão de conflitos e capacidade de negociação;
- Comportamento de organizações;
- Técnicas e dinâmicas de grupo;
- Decisores/Gestores de projecto – definição de papéis e perfis;
- Técnicas de motivação para o trabalho em parceria;
- Intervenção Social: métodos, técnicas e avaliação.
- Sistemas de Informação: estratégias de disseminação de informação.
- Métodos e Técnicas Informáticos: análise e tratamento de dados; SPSS.

Dos dados obtidos emergiu também a necessidade de aprofundamento de algumas temáticas, nomeadamente:

- Diagnóstico e Planeamento Estratégico;
- Metodologia de Projecto;
- Avaliação e Monitorização de Projectos;
- Plano de Desenvolvimento Social.

**5ª Avaliação da Formação:** o processo de avaliação da formação foi considerado um dos aspectos negativos da formação, sobressaindo da parte dos formandos a necessidade da avaliação ser um processo facultativo, reflectido e “*não imposto de imediato*”;

**6ª Abrangência Geográfica:** os dados facultados pelos formandos apontam para a necessidade de acções de formação territorializadas e portanto circunscritas a espaços geográficos mais restritos.

## 7. Conclusões e Sugestões

Da análise dos dados, sobressai uma forte adesão dos concelhos piloto a esta acção de formação, com a participação de 38 concelhos dos 41 projectos piloto, nas 5 acções, com uma participação média de 23 formandos por acção e uma média de 3 participantes por concelho.

A análise dos dados também fez emergir a predominância de 97 formandos provenientes apenas do sector público (85%), e especificamente das autarquias num total de 54 (47.4%), em detrimento do sector privado não lucrativo, com apenas 17 participantes no total da formação.

A nível do sector privado também é evidente a total ausência dos sindicatos e do sector económico, o que necessita de futura análise e aprofundamento.

A nível do sector público constataram-se também números muito reduzidos de representantes da Saúde, Educação e IRS, bem como a ausência do Emprego.

Uma das possíveis hipóteses explicativas relativamente à forte participação do sector público e, especificamente das Autarquias, poderá estar associada ao facto da maioria das Câmaras Municipais estar implicada no processo de implementação da Rede Social e a elaboração do Diagnóstico Social, na maioria dos CLAS, estar a ser realizado por técnicos afectos às C.M., contratados exclusivamente para a Rede Social. O nº escasso de vagas por concelho terá limitado as possibilidades de participação de alguns serviços públicos e do sector privado.

Esta situação sugere, por outro lado, a necessidade de se avaliarem futuramente os processos de participação dos parceiros nos CLAS, na realização do diagnóstico social, assim como a necessidade de formação na área das parcerias.

Por último, estas questões podem por seu lado remeter para os “timings” previstos para a entrega dos documentos, os quais têm-se revelado na maioria dos CLAS, como demasiado curtos para um diagnóstico efectivamente participado, partindo-se do pressuposto de que o estabelecimento de parcerias constitui em si um processo geralmente moroso.

Em síntese, e uma vez que o Programa da Rede Social pressupõe um especial ênfase nas parcerias entre Agências Governamentais, IPSSs, Fundações, Sindicatos, Empregadores Locais, entre outros, pode-se sugerir a partir do exposto, e para futuras acções de formação, que se dinamize local e atempadamente os parceiros do Conselho Local de Acção Social, de modo a existirem mais formandos provenientes do sector privado e dos sectores públicos minoritariamente representados ou não presentes nesta 1ª acção de formação para técnicos dos CLAS. Por outro lado, poderia também ser benéfico para o próprio processo de implementação da Rede e para o Desenvolvimento Social Local, uma reflexão futura de novos critérios de selecção dos candidatos à formação, de modo a poder dar-se não só prioridade aos participantes provenientes das IPSSs, Associações e outros organismos do sector privado, como também a outros profissionais, para além dos técnicos de Serviço Social.

Outro aspecto a considerar em futuras acções de formação é a calendarização, uma vez que a sua realização deverá ser prévia ao início de elaboração do diagnóstico social, o que foi expresso pela maioria dos formandos nas 5 acções de formação.

Através das avaliações realizadas pelos formandos da acção de formação também foi evidenciada

não só a necessidade de se alargar este tipo de formação a todos os técnicos mais directamente implicados na realização do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social, e a dirigentes, assim como a necessidade de continuidade desta acção e formação noutras áreas específicas, emergindo significativamente a área das parcerias.

Por último, salientam-se algumas expectativas dos CLAS relativamente ao papel do IDS, nomeadamente:

- assessoria técnica, in loco, da parte do IDS junto dos CLAS, dado os “timings” previstos para a entrega dos documentos;
- maior acompanhamento aos CLAS já formados, com especial enfoque nos que estão ainda no início do processo, e tendo em atenção as suas necessidades;
- dinamização das Universidades para parceiras dos CLAS;
- apoio da parte dos formadores/técnicos na implementação da Rede Social local até sua consolidação.

# anexo 5

Relatório de Avaliação do 1º Encontro Nacional da  
Rede Social para o Desenvolvimento

## NOTA INTRODUTÓRIA

Cerca de 2 meses antes de terminar o ano piloto para a implementação do Programa Rede Social em 41 concelhos do país, realizou-se no dia 7 de Novembro de 2000 o 1º Encontro Nacional da Rede Social para o Desenvolvimento, que teve lugar no Centro Escolar Turístico e Hoteleiro do Estoril.

Este 1º Encontro teve como objectivos principais informar, formar e avaliar o processo de implementação da Rede Social através da troca de experiências e do aprofundamento de conceitos e metodologias de trabalho.

O relatório incide em 4 pontos: um primeiro ponto sobre a metodologia do Encontro, um segundo ponto com enfoque na caracterização dos participantes, um terceiro ponto que analisa os dados obtidos no questionário de avaliação do Encontro, distribuído aos participantes e, por último, a apresentação das conclusões gerais finais.

### 1. Metodologia do Encontro

Este 1º Encontro implicou dois momentos chave: um período da manhã com uma sessão de abertura e 4 Workshops simultâneos, e um período da tarde com uma sessão plenária e uma sessão de encerramento. A abertura dos trabalhos foi presidida pelo Presidente do IDS, Dr. Edmundo Martinho, com a presença do Presidente da Câmara de Cascais, Dr. José Luís Judas.

A dinâmica dos Workshops centrou-se, em cada um deles, na apresentação por 2 CLAS das suas experiências relativas à temática abrangida e consequente debate. Os Workshops focaram 4 temas relacionados com as metas solicitadas aos CLAS, nomeadamente:

- W1** - “ A Elaboração de Diagnósticos Territoriais e a Construção de Sistemas de Informação”;
- W2** - “ O Funcionamento em Rede – Princípios e Formas Organizativas”;
- W3** - “ O Modelo de Articulação/Cooperação entre as Diferentes Parcerias”;
- W4** - “ A Importância da Planificação de Base Territorial nos Processos de Desenvolvimento Social Local”.

Os 4 Workshops constituíram-se ainda como espaços de oportunidade para as pessoas e organizações partilharem as suas experiências relativamente aos constrangimentos e virtualidades inerentes ao processo de implementação da Rede Social e às estratégias mais eficazes para alcançarem esse objectivo, assim como para abordarem outras questões relacionadas com os produtos que irão entregar até finais de Dezembro de 2000: Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social.

Cada Workshop contava com a participação de um animador e um relator, sendo, no W1 animador Prof. Doutor J. Pereirinha e relator Prof. Doutor Marcos Olímpio; no W2 animador Dr. Luís Capucha e relator Dr. Orlando Garcia; no W3 animadora Profª. Doutora Isabel Guerra e relatora Dr.ª Ana Luzia Reis.

A importância da actuação dos Animadores e Relatores convidados para cada um dos Workshops, revelou-se no debate conjunto e nas conclusões emanadas de cada um dos Workshops.

A sessão Plenária foi destinada à apresentação, pelos relatores, das conclusões obtidas nos 4 Workshops, assim como a um debate aprofundado das mesmas, facilitado pela intervenção de Jordi Estivill, Professor de Política Social da Escuela Universitaria de Trabajo Social de Barcelona, director do Gabinet d'Estudis Socials.

A sessão de Encerramento contou com a presença e intervenção sobre o Programa da Rede Social de S.E. o Secretário de Estado do Trabalho e Solidariedade, Dr. Rui Cunha, e ainda com a presença de dois representantes dos Ministérios abrangidos pelo Pacto e do Presidente do IDS.

## 2. Quem participou no Encontro?

### 2.1. Participantes nos Workshops

A participação nos 4 Workshops foi caracterizada por uma forte adesão excedendo largamente o número inicialmente previsto de participantes. Nos 4 Workshops participaram 162 pessoas. Deste total, 135 (83%) participantes foram provenientes de 36 CLAS, 4 (3%) da Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal (REAPN) e 23 (14%) do IDS. Dos 41 concelhos piloto, 5 estiveram ausentes, registando-se 88% de presenças.

Como hipóteses para a não comparência dos concelhos mencionados poder-se-ão referir a escassez de recursos humanos, o processo de implementação da Rede ainda não iniciado e a falta de motivação.

Do total dos 135 participantes dos CLAS, estes distribuíram-se relativamente aos Workshops, da seguinte forma:

**QUADRO 1. Participantes por CLAS e por Workshop**

Workshops	Total de Participantes a nível dos CLAS	%	Nº de Concelhos Presentes
<b>Workshop 1</b>	<b>36</b>	<b>27</b>	<b>36</b>
<b>Workshop 2</b>	34	25	33
<b>Workshop 3</b>	33	24	33
<b>Workshop 4</b>	32	24	32
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>100</b>	<b>—</b>

Dos dados evidenciados pelo quadro 1, podemos concluir que a distribuição dos participantes provenientes dos CLAS pelos 4 Workshops, foi praticamente equitativa com uma ligeira preferência pelo W1.

Observou-se assim, e no global, que a média de participação por Workshop, e relativamente ao total dos participantes provenientes apenas dos CLAS, foi de 34 pessoas por Workshop, excluindo-se os participantes do IDS e da REAPN.

**QUADRO 2. Distribuição por Regiões dos Participantes dos CLAS**

Regiões	Nº total de participantes	%	Nº concelhos presentes nos 4 Workshops
Norte	37	27,41	10
Centro	26	19,26	7
Lisboa e Vale do Tejo	<b>43</b>	<b>31,85</b>	<b>11</b>
Alentejo e Algarve	29	21,48	8
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>100</b>	<b>36</b>

Os dados evidenciados pelo quadro 2 revelam-nos que foi a região de Lisboa e Vale do Tejo que mais participou no 1º Encontro com 43 de pessoas (31,85%), seguindo-se a região Norte com 37 participantes, a zona do Alentejo e Algarve com 29 elementos, e por último a região Centro com 26 pessoas.

Dos 11 concelhos piloto pertencentes à região Norte, 10 estiveram presentes nos 4 Workshops, registando um total de 37 pessoas (27,41%).

Dos 5 concelhos ausentes neste Encontro, a região Centro representa 80% dessas ausências, com 4 concelhos ausentes. Os 7 concelhos presentes desta região, apresentam um total de 26 pessoas (19,26%).

Todos os CLAS pertencentes às regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve estiveram representados, sendo a região de Lisboa e Vale do Tejo em que se registou um maior número de participantes, com um total de 43 pessoas (31,85%). Das regiões do Alentejo e Algarve contou-se com a participação de 29 pessoas.

**QUADRO 3. Distribuição dos Participantes dos CLAS por Sectores e por Workshop**

Sectores	Total de participantes no W1	Total de participantes no W2	Total de participantes no W3	Total de participantes no W4	Totais	%
Público	<b>27</b>	24	20	22	<b>93</b>	<b>69</b>
Privado	8	9	<b>12</b>	9	38	28
Outros(REAPN)	1	1	1	1	4	3
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>34</b>	<b>33</b>	<b>32</b>	<b>135</b>	<b>100</b>

O quadro 3 evidencia-nos a presença significativa, em todos os Workshops, do sector público com 69% de participantes, contrapondo com 28% do sector privado.

Relativamente ao Workshop 3, em que se verifica o número mais baixo do sector público, este é acompanhado por um aumento dos valores no sector privado apresentando este Workshop o maior número de presenças deste sector.

**QUADRO 4. Participantes dos CLAS do Sector Público por Organismos / Instituições**

Organismos	Nº Total de Participantes	%	Relação com o total de participantes nos Workshops
Câmaras Municipais	<b>51</b>	<b>54,8</b>	37,8%
Saúde	4	4,3	3,0%
Educação	5	5,4	3,7%
Emprego	3	3,2	2,2%
Justiça	3	3,2	2,2%
Administração Interna	1	1,1	0,7%
CRSS	<b>23</b>	<b>24,7</b>	17,0%
Juntas	3	3,2	2,2%
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100</b>	<b>68,9%</b>

Os dados do quadro 4 evidenciam-nos o facto de serem as Câmaras Municipais e os Centros Regionais de Segurança Social que apresentaram o maior número de participantes com 51 e 23 elementos respectivamente, ou seja, com 79,5% de presenças, comparativamente com o total de participantes nos Workshops (135). Verifica-se assim uma participação ainda pouco significativa dos outros parceiros do sector público.

**QUADRO 5. Participantes dos CLAS do Sector Privado por Organismos / Instituições**

Instituições	Nº Total de Participantes	%	Relação com o total de participantes nos Workshops
IPSS	<b>29</b>	<b>69</b>	<b>21,5%</b>
Santa Casa Misericórdia	8	19	5,9%
Outros (REAPN, Fundação)	5	12	3,7%
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>31,1%</b>

Pode-se, portanto, concluir que os dados evidenciam o sector público como maioritariamente representado pelas Câmaras Municipais e o sector privado maioritariamente representado pelas IPSS. Contudo, e tendo em conta os totais de participação do sector público e privado, verifica-se que a esmagadora maioria das presenças (69%) é proveniente do sector público, sendo 38% dos participantes provenientes das Câmaras e 17% da Segurança Social.

Relativamente à categoria profissional dos participantes dos Workshops, os dados que foram obtidos a partir dos 108 questionários recebidos, evidenciam-nos que 82% (n=111) dos participantes nos Workshops são técnicos e apenas 18% (n= 24) são responsáveis das instituições.

## 2.2. Participantes da Sessão Plenária

Por razões de operacionalização, foi estipulado um número limite de inscrições para os Workshops (4 por CLAS), o que não sucedeu com a sessão plenária em que não houve limite de entradas. Assim sendo, e para efeitos de caracterização dos participantes do plenário, consideraram-se os participantes que apenas puderam estar presentes na sessão plenária.

Dos registos obtidos podemos verificar que na sessão plenária, e para além dos 162 participantes dos Workshops, estiveram ainda inscritas mais 180 pessoas o que perfaz um total de 342 presenças.

**QUADRO 6. Participantes do Plenário por Sectores**

Sectores	Numero Total de participantes	%
<b>Público</b>	<b>113</b>	<b>62.8</b>
Privado	22	12.2
Não Registos	45	25
<b>Total</b>	<b>180</b>	<b>100</b>

Os dados do quadro 6 evidenciam-nos, uma vez mais, a presença de uma maioria significativa do sector público na sessão plenária, com 113 participantes (62.8%), comparativamente ao sector privado com apenas 22 presenças (12.2%).

**QUADRO 7. Participantes do Plenário por Organismos e Instituições**

Organismos/ Instituições	Número Total de participantes	%
Câmaras Municipais	<b>30</b>	<b>16.7</b>
Segurança Social	<b>63</b>	<b>35</b>
Educação	1	0.6
Justiça	1	0.6
IPSS	23	12.8
Faculdades	4	2.2
Ministérios	9	5
Outros	4	2.2
Não registos	<b>45</b>	<b>25</b>
<b>Total</b>	<b>180</b>	<b>100</b>

Os dados do quadro 7 revelam-nos também que, dos organismos de onde são provenientes os indivíduos com a possibilidade única de participação no plenário, a Segurança Social aparece em 1º lugar com 35% de presenças, seguida das Câmaras Municipais com 16,7% e das IPSS com 12,8%.

### 3. Avaliação do Encontro pelos participantes

Para uma percepção mais objectiva dos participantes relativamente a este 1º Encontro da Rede Social para o Desenvolvimento, optou-se por avaliar, no questionário distribuído, 9 dimensões que se consideraram relevantes para a organização de futuros encontros desta natureza, designadamente:

1. Organização do Encontro
2. Programa
3. Metodologias adoptadas
4. Aprofundamento temático
5. Nível de conhecimentos adquiridos
6. Partilha de experiências
7. Interesse dos textos recebidos
8. Pertinência das conclusões
9. Outros

Obtiveram-se 108 respostas, ou seja 67% de retorno, o que é indicador de uma adesão significativa, por parte dos participantes, à avaliação proposta sobre o 1º Encontro.

De um modo geral, a avaliação do encontro foi positiva, recaíndo a maioria das respostas aos diversos itens nas categorias positivas (Bom e Muito Bom).

Assim, das 108 pessoas que responderam ao questionário, 93% (n=100) consideraram a organização do Encontro como Boa e Muito Boa, sendo que 7% (n=8), consideraram a organização de Razoável.

A avaliação do Programa do Encontro foi avaliada de Bom e Muito Bom por 85% (n= 92) das respostas ao inquérito. Os dados também chamam a atenção para 13% (n=14) que consideraram o Programa de Razoável e 2 pessoas avaliaram-no como Insuficiente.

As Metodologias de Trabalho e os Temas abordados no Encontro mereceram uma avaliação positiva da maioria dos participantes. Assim, das 108 respostas obtidas ao questionário, 79% (n=85) avaliaram as metodologias adoptadas no Encontro como Boas e Muito Boas. Contudo, 23 pessoas (21%) consideraram o programa de Razoável. Quanto à Pertinência dos Temas, 95 participantes (88%) avaliaram-na nas categorias de Bom (43% - n= 46) e de Muito Bom (45% - n= 49) e 13 pessoas (12%) como Razoável.

Também a Partilha de Experiências, o Interesse dos Textos e a Pertinência das Conclusões foram avaliadas de forma maioritariamente positiva pelos participantes. Assim, no primeiro caso 73 respostas (68%) recaíram nas categorias de Bom e Muito Bom, e 30 (27%) na categoria Razoável. O segundo item recolheu 83 respostas (74%) nas categorias de Bom e Muito Bom. Finalmente, é de realçar que uma dimensão muito importante, a Pertinência das Conclusões, foi avaliada como sendo Muito Boa ou Boa por 85 (79%) participantes, enquanto 26 (24%) a consideraram razoável.

As dimensões Aprofundamento Temático e Conhecimentos Adquiridos, que normalmente assumem maior importância no caso da realização de acções de formação, mereceram uma avaliação global menos positiva por parte dos participantes, indiciando que devem ser melhor trabalhadas em encontros subsequentes. Assim, 54 participantes (50%) avaliaram o Aprofundamento Temático como Razoável, enquanto 39 (36%) o avaliaram na categoria de Bom. Quanto aos Conhecimentos Adquiridos, 54 participantes (50%) situaram-nos na categoria de Razoável, enquanto 47 (44%) avaliaram-nos nas categorias de Bom e de Muito Bom, verificando-se ainda que para 7 participantes esse nível foi insuficiente.

Por último, a partir da análise de conteúdo das respostas à questão aberta sobre os principais benefícios obtidos com a participação no Encontro, encontraram-se 6 categorias de respostas a partir das quais foram analisados os dados obtidos nos 108 questionários recebidos, e patentes no quadro 8.

**QUADRO 8. Avaliação dos Participantes quanto aos Benefícios**

Categorias	Número de respostas	Percentagens
1. Aquisição e Consolidação de Conhecimentos	47	36.7
2. Partilha de Experiências	<b>55</b>	<b>42.9</b>
3. Consciencialização da Rede	13	10.2
4. Consciencialização Prospectiva	1	0.8
5. Visibilidade Política	1	0.8
6. Ponto da Situação da Rede a nível Nacional	11	8.6
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>100</b>

Os dados deste quadro evidenciam que as categorias mais vezes mencionadas relativamente aos benefícios obtidos, foram a “Partilha de Experiências” com 55 respostas (42,9%) e a “Aquisição e Consolidação de Conhecimentos” com 47 respostas (36,7%), seguindo-se a “Consciencialização da Rede” com 13 respostas (10,2%) e o “Ponto da Situação da Rede a Nível Nacional” com 11 respostas (8,6%).

A metodologia seguida para análise dos dados obtidos na resposta relativa a Sugestões para Futuros Encontros foi semelhante à utilizada na análise dos dados das respostas à questão sobre os Benefícios obtidos no Encontro. Assim, obtivemos 9 categorias mencionadas no quadro seguinte.

**QUADRO 9. Sugestões dos Participantes para Futuros Encontros**

Categorias	Número de respostas	Percentagens
1. Melhor Divulgação	3	3.1
2. Regularidade dos Encontros	9	9.2
3. Encontros Regionais	10	10.2
4. Participação Alargada	12	12.2
5. Encontros de Formação Prática	10	10.2
<b>6. Metodologias mais Activas</b>	<b>15</b>	<b>15.3</b>
<b>7. Debates com mais Duração</b>	<b>15</b>	<b>15.3</b>
<b>8. Aprofundamento Temático</b>	<b>20</b>	<b>20.4</b>
9. Outras	4	4.1
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>100</b>

Os dados obtidos no quadro 9 evidenciam que as categorias mais vezes mencionadas a nível das Sugestões para Futuros Encontros foram “Aprofundamento Temático” com 20 respostas (20,4%), “Metodologias Activas” e “Debates com mais Duração” ambas com 15 respostas cada (15,3%). Contudo, as categorias “Participação Alargada”, “Encontros de Formação Prática” e “Encontros Regionais” obtiveram 12, 10 e 10 respostas, respectivamente.

**4. Conclusões Gerais Finais**

Todos os participantes do 1º Encontro revelaram bastante entusiasmo pelo Programa Rede Social. A oportunidade de partilharem ideias e experiências foi extremamente positiva e sentida como valiosa e importante para sensibilizar os participantes nos temas envolvidos nos 4 Workshops.

Este 1º Encontro também serviu para combater o isolamento entre os técnicos e dirigentes mais directamente envolvidos no Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social e criar um sentimento de unidade no combate à Pobreza e Exclusão Social.

Os 4 Workshops tiveram o mérito, através dos seus respectivos animadores e apresentadores das experiências, de fomentarem a discussão entre os participantes no sentido de se conseguir recolher uma boa diversidade de opiniões consensuais sobre as temáticas abordadas, a serem apresentadas na sessão plenária.

Através dos Workshops foi também possível chamar a atenção especialmente para a necessidade de discussão e maior aprofundamento sobre o estabelecimento de parcerias, modelos organizativos e formação de técnicos e dirigentes.

Emergiu ainda a necessidade de futuros Encontros de Trabalho a nível regional e nacional para aprofundamento de novas temáticas e que possam facilitar o processo de consolidação do Programa Rede Social, assim como para o seu futuro alargamento.

A participação nos 4 Workshops foi caracterizada por uma forte adesão, excedendo largamente o número inicial previsto de participantes. Dos 41 projectos piloto da Rede Social estiveram presentes 37 CLAS (90%).

Foi evidente a forte participação do sector público (69%) e especificamente das autarquias em detrimento do sector privado (28%), podendo colocar-se como hipóteses explicativas o facto de serem as Câmaras que estão a liderar o processo de implementação da Rede Social e o facto das temáticas do Encontro se relacionarem com os produtos que os CLAS terão de realizar num prazo “reduzido” estabelecido pelo IDS.

Emergiu a ausência significativa de alguns sectores públicos, principalmente a Saúde, a Educação e o Emprego, o que carece de uma análise mais aprofundada. Contudo, poder-se-ão colocar as seguintes hipóteses:

- a pouca disponibilidade de recursos humanos dos sectores mencionados;
- os representantes desses sectores ainda estarem pouco conscientes da importância da sua participação na Rede;

No que diz respeito à avaliação do Encontro, pelos seus participantes, é de salientar a necessidade evidenciada pelos mesmos de, em futuros encontros, se reflectirem e aprofundarem aspectos relacionados com as “Metodologias utilizadas nos Workshops”, os “Conhecimentos Adquiridos” e com o “Aprofundamento Temático”. Pode colocar-se a hipótese de que estas 2 últimas categorias poderão resultar da primeira, o que numa reflexão mais aprofundada nos remeterá possivelmente para questões associadas à preparação de metodologias adoptadas para os próprios Workshops, nomeadamente a nível de:

- definição clara do papel do animador junto do próprio;
- conteúdos teóricos a transmitir pelo animador;
- número de participantes por Workshop;
- métodos e técnicas de âmbito pedagógico utilizadas.

Das sugestões para futuros Encontros emergiram três grandes categorias, a serem reflectidas na preparação de outros eventos desta natureza, designadamente:

- metodologias mais activas;
- debates com mais duração;
- aprofundamento temático.

Também sobressaíram nas sugestões dos participantes uma “Participação mais Alargada”, “Encontros Regionais” e “Encontros de Formação Prática”.

Por último, dos trabalhos dos 4 Workshops e do debate da sessão Plenária, foi possível definir um conjunto de princípios orientadores, sentidos como necessários para o desenvolvimento e futura consolidação do Programa da Rede Social, destacando-se entre outros:

- a necessidade da Rede Social ser entendida como uma nova forma de encarar os modos de funcionamento e intervenção, assente num modelo de parceria em que os seus membros abdicam de uma parte da sua autonomia para consensualizar decisões, constituindo uma instância colectiva de decisão;
- o diagnóstico ser elaborado com a participação o mais alargada possível dos actores locais, o que remeteu para questões de “timings” e do alargamento dos prazos estabelecidos pelo IDS para a entrega dos documentos previstos;
- a necessidade de uma eficaz articulação dos diversos instrumentos de Planeamento existentes e/ou em curso, nomeadamente entre o Plano Director Municipal e o Plano de Desenvolvimento Social;
- a necessidade de uma melhor articulação interministerial de forma a favorecer a sustentabilidade da Rede Social, nomeadamente pós QCA III e de forma a permitir, por exemplo, uma harmonização de indicadores e o acesso à informação por parte dos CLAS;
- a necessidade da Rede Social se assumir no terreno como entidade efectivamente integradora de todas as parcerias existentes;
- a formação de técnicos e dirigentes envolvidos nos CLAS de forma a desenvolver-se uma compreensão e visão mais partilhada do Programa da Rede Social e dos seus produtos;
- a necessidade de um sistema de informação de fácil leitura e compreensão, disponível a toda a população;
- a necessidade de um envolvimento maior e mais eficaz do sector privado;
- a necessidade do envolvimento do sector económico, até agora ausente dos CLAS;
- a necessidade da participação dos próprios excluídos na busca de soluções para os problemas existentes;
- a importância das experiências locais de parceria para a facilitação do processo de implementação e consolidação da Rede Social;
- a necessidade da presença dos vários serviços públicos nos momentos de decisão das estruturas da Rede;
- a importância dos factores tempo e experiência no estabelecimento e consolidação eficaz das parcerias;
- a necessidade de reflexão sobre a adesão livre ao CLAS e a possível inoperância do mesmo nalguns concelhos.

# anexo 6

Plano de Alargamento

**QUADRO 1. Previsão de Adesão de Concelhos à Rede Social, por NUTS II, por ano**

Ano de Implementação	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		Total	
	Ano Anterior	Novos	Total Anterior	Total Novos								
2000	0	10	0	11	0	13	0	4	0	3	0	41
2001	10	14	11	8	13	1	7	11	3	1	41	31
2002	24	16	19	14	14	10	9	20	4	3	72	52
2003	16	16	14	14	10	10	9	18	3	3	52	52
2004	16	16	14	14	10	9	9	18	3	3	52	51
2005	16	16	14	15	9	8	9	18	3	3	51	51
2006	16	0	15	0	8	0	0	9	3	0	3	0
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>88</b>	<b>87</b>	<b>76</b>	<b>64</b>	<b>51</b>	<b>47</b>	<b>98</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>319</b>	<b>278</b>

**Uma edição do**  
Instituto para o Desenvolvimento Social

**Data de Edição**  
Novembro 2001

**Projecto Criativo**  
marcaD'água, designers, Lda.

**Impressão**  
Fernandes e Terceiro, Lda.

**Tiragem**  
1500 exemplares

**Depósito Legal**

